

AO ILUSTRÍSSIMO SUPERINTENDENTE DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA CODEVASF, EM PETROLINA-PE.

Processo Administrativo nº 59500.001364-17.75

MÁRIO MARTINS PEIXOTO NETTO, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 034.020.634-92, portador da Cédula de Identidade nº 5.003.985, residente e domiciliado à Alameda Franca, 1074, apto 81, CEP nº 01422002, com endereço eletrônico mmpeixoto@hotmail.com, vem à presença de Vossa Senhoria, por seu advogado, adiante assinado, devidamente constituído pelo instrumento de mandato procuratório anexo, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra **decisão administrativa que considerou habilitado concorrente que não atendeu os requisitos do edital**, constante do Relatório de Julgamento de Habilitação do Edital de Concorrência nº 034/2017, que tem como objeto a alienação de 37(trinta e sete) unidades parcelares empresariais para implantação de empreendimento agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no projeto público de irrigação pontal, localizado no município de Petrolina, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado de Pernambuco, às fls. 4393, exarado no processo em epígrafe, o fazendo pelo modo e forma seguintes:

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Conforme se vê do referido Edital nº 34/2017, anexo, em sua Cláusula 8.1, o prazo para recurso administrativo é de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da divulgação da decisão.



Considerando-se que a decisão foi publicada dia 25/05/2018, o prazo para interposição do recurso findar-se-ia no dia 31/05/2018. Entretanto, referida data foi feriado de “Corpus Christi”, de modo que o fim do prazo prorroga-se para o dia 01/06/2018, sendo o presente recurso, portanto, tempestivo.

DAS RAZÕES DO RECURSO

O recorrente é proponente no processo de licitação supramencionado, tendo sido devidamente cadastrado, bem como apresentado a documentação e proposta financeira do modo e forma que exigido no referido Edital.

No Relatório de Julgamento ora recorrido, cada proponente do processo de licitação foi individualizado e cadastrado através de um número, constando, na Cláusula 6.2, Número 44, as informações a respeito do cadastro e apresentação de documentos dos proponentes coligados: GILVAN MIRANDA FALCÃO e CÉSAR LEITE FALCÃO.

Ocorre que existe uma irregularidade na habilitação dos referidos proponentes coligados, pois, conforme se vê do referido documento, o relator fez consignar que “Ao acostarem o CPF deixaram de juntar a regularidade cadastral...”.

O documento a qual o relatório se refere, trata-se do descrito na alínea “f” da Cláusula 2.2.1 do anexo Edital em concordância com o inciso III do art. 29 da Lei 8.666/93, que dispõe sobre a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, que exige a “*prova da regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal*”, quando se tratar de pessoas físicas e coligados, que é o caso em comento.

No multicitado relatório dos proponentes coligados que ora se contesta, a Comissão Técnica de Julgamento alegou que “... por ser documento de informação passível de ser colhida pelos meios de pesquisa eletrônica, foi feita a diligência interna e apurada de ambos a regularidade.”,



justificando o descumprimento do previsto em Edital (apresentação de documentação comprobatória), pela aplicação do “formalismo moderado”.

Ao contrário dos resultados da pesquisa eletrônica feita internamente pela Comissão Técnica de Julgamento para tentar garantir a regularidade cadastral dos proponentes coligados, vê que, não somente não houve apresentação da certidão de regularidade, quanto há prova contrária a esse regularidade, materializada na Certidão Positiva constando a “EXISTÊNCIA DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL nos últimos dez (10) anos, contra: **GILVAN MIRANDA FALCÃO...**”, certidão esta exarada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, datada de 20 de março de 2018, que repousa nos autos, à pág. 398.

Assim, claramente, havendo EXISTÊNCIA execução patrimonial contra um dos referidos proponentes, estes não se adequam aos requisitos exigidos pelo edital para habilitação no processo de licitação.

Referido documento, que não foi juntado pelos proponentes coligados supramencionados, assim como todos os outros descritos nas demais alíneas, são de apresentação obrigatória, conforme se vê na Cláusula 3.1.2 do edital:

3.1.2. As pessoas físicas coligadas apresentarão o mesmo Invólucro nº 01, contendo a Documentação, e o mesmo Invólucro nº 02, contendo o Proposta Financeiro, observado o disposto no subitem 3.2, com a identificação de todos os coligados e deverão satisfazer individualmente o exigido no subitem 4.2.1, alíneas: a, b, c, d, f, g-1, g-3, h-1, h-2; e coletivamente o exigido no subitem 4.2.1 alíneas: e, g-2 e g-4.

Não foi acertada a opção da Comissão Técnica de Julgamento pelo que chama de “formalismo moderado” em detrimento da aplicação do princípio da legalidade, princípio este norteador do cumprimento das normas legais, pois, fugindo do que está positivado em lei, acabou por conceder privilégios aos proponentes coligados, em prejuízo aos demais concorrentes, ferindo também o princípio da isonomia, garantido legalmente, como se verá adiante.



Não obstante a grande importância do estrito cumprimento das normas legais de forma geral, ressalta-se, ainda, a previsão específica para o presente caso, contida na Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), assim como o princípio da igualdade, de forma a garantir a eficácia dos processos de licitação:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrito conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No mesmo sentido, continua o art. 41 da Lei 8.666/93, prevendo a obrigatoriedade do cumprimento da norma legal editalícia, sem dar qualquer margem para interpretações alheias à literalidade do edital, muito menos, no caso em epígrafe, quando consta no processo certidão demonstrando de forma clara e indubitosa, que o primeiro proponente tem contra si ação judicial, conforme já citado linhas acima.

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha **estritamente vinculada**.*

Ademais, a vasta jurisprudência dos Tribunais de Justiça de todo o país mostra inequívoca a ilegalidade da habilitação de proponente que não apresenta a documentação, ou ainda, apresenta documentação que prova o contrário das qualidades requisitadas pela lei e pelo edital.

Administrativo - Licitação - Ausência dos documentos exigidos no Edital de Licitação - Segurança denegada - Observância do art. 37, XXI, da CF Obrigação da administração de observar os requisitos de igualdade de condições a todos os concorrentes e legalidade, impessoalidade moralidade publicidade e eficiência -

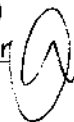




Segurança denegada - Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 994061556110 SP, Relator: Burza Neto, Data de Julgamento: 12/05/2010, 12ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 19/05/2010)

ADMINISTRATIVO - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - LICITAÇÃO - PEDIDO LIMINAR - REQUISITOS - AUSÊNCIA - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DESACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. A medida liminar em sede de medida cautelar inominada tem natureza acautelatória e somente deve ser concedida se presentes os seus requisitos, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora. A licitação é ato vinculado aos termos do lei e às previsões do edital, não havendo que se falar em ilegalidade da decisão de exclusão do licitante do certame quando este não preenche os critérios editalícios à época da apresentação das propostas. (TJ-MG 100240774476210011 MG 1.0024.07.744762-1/001(1), Relator: DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA, Data de Julgamento: 21/02/2008, Data de Publicação: 13/03/2008)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. LICITAÇÕES. DESCLASSIFICAÇÃO DE CONCORRENTE. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. REGULARIDADE DO AGIR DA ADMINISTRAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. Hipótese em que a empresa agravante, concorrente em Edital de Tomado de Preços lançado pelo Município de São Leopoldo, deixou de apresentar a documentação exigida evidenciando os motivos pelos quais restou desclassificada. Inobservância dos requisitos previstos pelo Edital do certame que legitimaram o agir da administração. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO



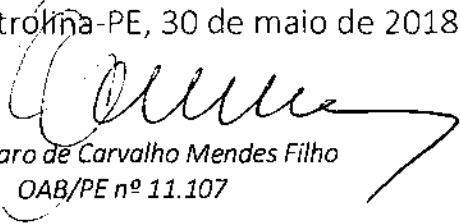


DE INSTRUMENTO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento Nº 70059407577, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laura Louzada Jaccattet, Julgada em 02/07/2014) (TJ-RS - AI: 70059407577 RS, Relator: Laura Louzada Jaccattet, Data de Julgamento: 02/07/2014, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça da dia 09/07/2014)

Sendo assim, resta irregular a declaração de habilitação dada aos proponentes coligados GILVAN MIRANDA FALCÃO e CÉSAR LEITE FALCÃO, visto que estes não apresentaram documentação imprescindível à regular participação do processo de licitação, exigida pelo edital, conforme acima exposto, devendo ser reformada a decisão que os habilitou, decidindo-se, obviamente, pela inabilitação para manterem-se nas etapas seguintes do certame.

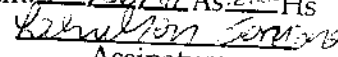
Ante o exposto, requer o conhecimento do presente recurso, e o provimento do pedido de reconsideração do julgamento para que sejam os proponentes coligados GILVAN MIRANDA FALCÃO e CÉSAR LEITE FALCÃO declarados inabilitados para continuarem no processo de licitação, por não terem estes juntado documento de apresentação obrigatória, segundo o edital de convocação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Petroliña-PE, 30 de maio de 2018.


Lasaro de Carvalho Mendes Filho
OAB/PE nº 11.107

Recebido pela 3ª GB

Em: 01/06/18 Às 17h


Assinatura



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

MÁRIO MARTINS PEIXOTO NETTO, brasileiro, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o nº 034.020.634-92, portador da Cédula de Identidade nº 5.003.985 residente e domiciliado à Alameda Franca, 1074, apto 81 CEP nº 014.22-002, com endereço eletrônico mmpeixoto@hotmail.com, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeiam, constituem seus bastantes procuradores os advogados **LASARO DE CARVALHO MENDES FILHO, SYNARA INÁCIA BARROS AMARO FERREIRA ROCHA e ANDERSON DO MONTE GURGEL**, inscritos na OAB/PE nº 11.107, OAB/PE nº 16539-PE e OAB/PE nº 33.218, respectivamente, sendo os dois primeiros Integrantes da sociedade de advogados **LASARO DE CARVALHO – ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente registrada na OAB-Subseção de Pernambuco sob o nº 1.036, Livro Próprio B, nº 07, inscrita no CNPJ sob o nº 08.284.032.0001/78, todos com escritório na Rua Engenheiro Carlos Pinheiro, nº 374, Centro, Petrolina-PE, CEP: 56.304-079, telefones (87) 3861-9922, 3861-6954 e 3861.7271, podendo agir em conjunto ou separadamente, a quem confere (m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda, poderes especiais para contestar, desistir, transigir ou firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, proceder ou não a conciliação em audiência, enfim, tudo aquilo necessário para o fiel cumprimento deste mandato, podendo substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, especialmente para interpor recurso de ato administrativo exarado no processo nº 59500.001364-17.75, bem como acompanhar todos os demais atos posteriores à referida interposição.

Petrolina-PE, 30 de maio de 2018.

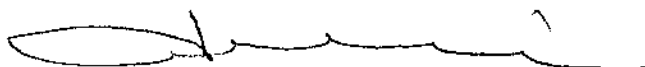

MÁRIO MARTINS PEIXOTO NETTO
CPF nº 034.020.634-92

CODEVASF


Ao
Presidente da Comissão (Decisão nº 147/2018)

Encaminhamos o Doc Nº 267/2018, do Senhor Mário Martins Peixoto Neto, para análise e instrução.

Em 04/6/2018

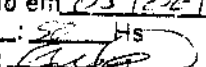


Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª/SR
Recebido em 21/06/17
Às 15 : 52 Hs
Rúbrica: 

Ao

Ilustríssimo (a) Senhor (a) Presidente da Comissão de Alienação
3ª Superintendência Regional da CODEVASF

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª /SR
DOC. Nº 268/2018
Recebido em 05/06/18
Às 15 : 52 Hs
Rúbrica: 

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 34/2017

JORDANIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA, brasileira, divorciada, com CPF nº 881.221.744-34 e Cédula de Identidade nº 4.519.487, expedido pelo órgão SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Raimundo Lacerda, nº 53, São José, cep: 56.302-470, Petrolina/PE, pessoa física devidamente habilitada no procedimento licitatório indicado acima, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na *alínea "a"*, do inciso I, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que habilitou indevidamente o licitante **LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI**, brasileiro, casado, com CPF nº 881.221.74434 e Cédula de Identidade nº 4.519.487, expedido pelo órgão SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Alfred Guedes, nº 893, apt. 141, Cd Alta, Cep: 13.419-080, Piracicaba/SP, com base nos argumentos de fato e direito apresentados a seguir.

DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que habilitou o licitante **LUÍS**

8863



FERNANDO SARTINI FELLI, brasileiro, casado, com CPF nº 881.221.74434 e Cédula de Identidade nº 4.519.487, expedido pelo órgão SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Alfred Guedes, nº 893, apt. 141, Cd Alta, Cep: 13.419-080, Piracicaba/SP.

De acordo com a *alínea "a"*, do *inciso I*, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, determina o seguinte:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I-recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a)habilitação ou inabilitação do licitante;

Portanto, tendo em vista que a interposição do presente recurso tem previsão legal, deve o mesmo ser admitido.

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O prazo legal para apresentação da referida empresa é de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos termos da *alínea "a"*, do *inciso I*, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

A decisão recorrida foi publicada no Diário Oficial da União no dia 24/05/2018, considerando o feriado nacional de *corpus christi* do dia 31/05/2018, o prazo de 05 (cinco) dias úteis termina em **01/06/2018**.

Dessa feita, tendo em vista o protocolo do recurso nesta data, resta comprovada a tempestividade do mesmo.

DA COMPETÊNCIA

O §4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, determina que o

recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido. Vejamos:

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Assim, resta comprovada a competência da autoridade descrita acima para julgar o presente recurso.

DO EFEITO SUSPENSIVO

O § 2º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, determina que o recurso terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos. Vejamos:

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo **terá efeito suspensivo**, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

Dessa forma, requer-se que o recurso seja encaminhado à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o § 2º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, concedendo **EFEITO SUSPENSIVO** à habilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

DOS FATOS

A Recorrente foi devidamente habilitada para participar do



processo de concorrência nº 34/2017 da Codevasf, cujo objeto é a alienação de 37 (trinta e sete) unidades parcelares empresariais para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no Projeto Público de Irrigação Pontal, localizado no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI também foi habilitado no processo de concorrência nº 34/2017.

Acontece que, tanto a Recorrente quanto o licitante, LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, apresentaram proposta para a **aquisição do lote nº 09**, contudo, diante da irregularidade da documentação apresentada pelo licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, o mesmo deve ser **inabilitado**.

Assim, a Recorrente apresenta o presente recurso impugnando a habilitação do licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, como passa a expor.

DO MÉRITO
DA INABILITAÇÃO DE LUÍS FERNANDO SARTINI
FELLI

VÍCIO DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E
AUSÊNCIAS DE CERTIDÕES NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

A Recorrente foi devidamente habilitada no processo licitatório, haja vista que cumpriu todos os termos exigidos pelo edital.

Entretanto, o licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI deixou de cumprir relevantes exigências editalícias, bem como jurídicas, as quais são determinantes para a sua inabilitação nesta licitação pública.



No tópico 4 do edital **“APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA”**, verifica-se que, no item 4.1.4 consta a obrigatoriedade de todos os licitantes, no momento de concretizar a habilitação, devem apresentar os documentos exigíveis no edital **“enumerados sequencialmente”** e **“rubricados”**. Vejamos:


- 4.1.4. Todos os documentos deverão ser apresentados na ordem indicada no presente Edital, numerados sequencialmente e rubricados pelo (a) proponente, seu representante legal ou procurador, sem rasuras, emendas ou repetições.

Ressalta-se que, o licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, quando apresentou sua documentação exigível no edital, os apresentou sem estarem devidamente **“enumerados sequencialmente”**.

A procuração pública através da qual o proponente LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI outorga poderes de representação para MÁRIO SÉRGIO FERREIRA, bem como a CNH do representante não estão enumerados sequencialmente, como exige o item 4.1.4 do edital.

No item 4.2 **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** Invólucro n.º 1” consta a relação e a ordem da apresentação dos documentos exigidos pelo edital para a habilitação no processo licitatório. No entanto, o licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI descumpriu o item “f” ao deixar de apresentar **“prova de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal”** na forma exigida no edital.

O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI apresentou as seguintes certidões: certidão de débitos tributários não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo (fls. 11); certidão negativa de débito do Estado do Maranhão (fls. 12); certidão de divisão de dívida ativa da Prefeitura do Município de Piracicaba/SP (fls. 13); certidão negativa de

5 

débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união (fls. 10); certidão negativa de débitos municipais do Município de Balsas/MA (fls. 14); certidão única de distribuição para fins gerais de Balsas/MA (fls. 15) e certidão estadual de distribuições cíveis do Estado de São Paulo (fls. 16).

A certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união (fls. 10) está com enumeração errada, não seguindo a sequência como exige o item 4.1.4 do edital.

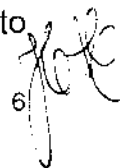
O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI não cumpriu a exigência do edital indicada no o item “g-1” referente à entrega da **certidão negativa de execuções patrimoniais** expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio (Piracicaba/SP) e do município onde está localizado o bem declarado (Balsas/MA).

g) Qualificação Técnica:

g-1) Certidão negativa de execuções patrimoniais, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados.

Embora o licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI tenha juntado certidão única de distribuição para fins gerais (fls. 15) referente a distribuição de ações e/ou execuções onde possui bem (Balsas/MA), consta que a respectiva certidão se refere apenas a buscas nos sistemas *Themis PG* e *PJE* (processo judicial eletrônico), sendo que não há informação sobre pesquisa de processos que tramitam no juizado especial cível (*Projudi*) – **O Projudi é sistema diverso do ThemisPG e PJE.**

Registra-se que, a certidão estadual de distribuições cíveis do Estado de São Paulo (fls. 16) não tem validade, sendo que não consta nenhuma assinatura digital, enquanto

6 

que na própria certidão consta a informação de que ***“Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital”***. Veja que a referida certidão foi emitida diretamente no *síte* do TJSP, quando deveria ser emitida diretamente pelo serventuário do tribunal, com a respectiva assinatura eletrônica, para o fim de ser válida.

E mais, a certidão estadual de distribuições cíveis do Estado de São Paulo (fls. 16) consta a existência de 02 (dois) processos judiciais em face do licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, sendo um arquivado e o outro na fase de cumprimento de sentença com a observação que está suspenso.

Vejamos:

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**, não qualificado(a), as distribuições abaixo relacionadas, que podem referir-se a homônimos: *****

PIRACICABA

» Proc. de Distribuição - 4ª Vara Cível, Process. nº 0160033-79.1997.6.16.0461
10000032-79.1997.6.16.0461. Situação: Arquivado. Ação: Distribuição Comum. Relat:
01/10/2001. Assent: 30/07/99. Assento: comprimento de sentença. *****

» Proc. de Distribuição - 4ª Vara Cível, Process. nº 0160033-79.1997.6.16.0461
10000032-79.1997.6.16.0461. Situação: Arquivado. Ação: Distribuição Comum. Relat:
01/10/2001. Assent: 30/07/99. Assento: comprimento de sentença. *****

DA INVALIDADE DAS DECLARAÇÕES

O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI entregou a **declaração de visita** (fls. 17) prevista no item “g-2” do edital assinada por seu procurador MÁRIO SÉRGIO FERREIRA, enquanto que o edital exige que a respectiva declaração seja emitida pelo próprio proponente. Vejamos:

g-2) Declaração de Visita ao Projeto Pontal, conforme **Anexo IV** integrante deste instrumento, a ser emitida pelo(a) próprio(a) proponente, afirmando que tem conhecimento do estudo do solo, do sistema de condução e medição d'água, da topografia do terreno, das vazões disponíveis nas unidades parcelares, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na(s) área(s) pretendida(s), com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco.

Veja que a respectiva declaração de visita é personalíssima, sendo emitida apenas pelo próprio proponente, diante da exigência específica do edital, e não por meio de representante - – sendo que foi descumprida esta exigência editalícia.

Nota-se que a necessidade de que a declaração de visita seja emitida pelo proponente, além de ser uma exigência do edital, é imprescindível para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na(s) área(s) pretendida(s), com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco, como prevê o item “g-2” do edital.

O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI entregou a **declaração de não ser irrigante impedido (fls. 18)** prevista no item “g-3” do edital assinada por seu procurador MÁRIO SÉRGIO FERREIRA, enquanto que o edital exige que a respectiva declaração também seja emitida pelo próprio proponente. Vejamos:

g-3) Declaração. emitida pelo(a) próprio(a) proponente de não ser irrigante impedido, ou seja, ter sido excluído(a) por inadimplência em Projetos Públicos de Irrigação implantados pela CODEVASF ou ter tido unidade parcelar retomada no período de 5 (cinco) anos contados a partir da rescisão do respectivo instrumento contratual, conforme modelo constante do **Anexo VII**, integrante deste Edital.

Pior!

Além de não ter assinada de próprio punho do impugnado,



a declaração de visita (fls. 17), está cheia de irregularidades que tornam inexistentes, nulas e sem qualquer valor as declarações apresentadas, vejamos:

- a) **Falta a nomeação, qualificação de quem assinou as referidas declarações;**
- b) foi assinada em 25/01/2018, e quem assinou apresentou uma procuração pública datada de **02/02/2018**, ou seja, a procuração pública foi emitida em data posterior à emissão da declaração.
- c) Além da data da procuração ser posterior à data da declaração, a procuração pública ***não consta poderes especiais para que o procurador prestasse declarações.***

O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI entregou o **plano de exploração/agropecuária/agroindustrial** (fls. 19/20) prevista no item “g-4” do edital assinado por seu representante MÁRIO SÉRGIO FERREIRA, enquanto que a procuração pública através da qual o proponente LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI lhe outorga poderes não há poderes específicos para assinar o respectivo plano.

g-4) Plano de Exploração Agrícola/Agropecuária/Agroindustrial, com início máximo em 12 (doze) meses e prazo máximo de 2 (dois) anos, para implantação de 60% (sessenta por cento) da área irrigável da(s) unidade(s) pretendida(s), conforme modelo do **Anexo III**, integrante deste Edital.

O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI entregou a **declaração de bens e rendimentos** (fls. 21) prevista no item “h-1” do edital assinada por seu representante MÁRIO SÉRGIO FERREIRA, contudo, a declaração foi emitida em 25/01/2018, enquanto que a procuração pública através da qual o proponente LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI lhe outorga poderes está datada somente do dia 02/02/2018, ou seja, a procuração pública foi emitida em data posterior à emissão da declaração. Como dito alhures, na



procuração pública não consta poderes especiais de representação junto à comissão de licitação referente à concorrência pública nº 34/2017 e nem poderes para assinar declarações.

Procuração é o instrumento do mandato que uma pessoa atribui a outra pessoa poderes para praticar atos em seu nome, como estabelece o artigo 653 do Código Civil, Lei 10.406/2002:

Art. 653. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

Toda procuração utilizada nas licitações, é firmada diretamente pelo outorgante, mas deve respeitar o que determina o art. 654 do Código Civil:

Art. 654. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

§ 1º O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Assim, o licitante deve estar atento ao que está determinado no edital, **quanto às exigências, em especial quanto aos poderes conferidos**.

Verifica-se nos poderes da procuração que somente há poder para participar, o que **declarações pessoais exorbitam a administração ordinária, devendo a procuração ter poderes especiais e expressos para tanto**.



PODERES DELEGADOS

A quem conferem amplos poderes para o fim especial à prática dos seguintes atos: para representa-lo junto ao Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A, e junto às repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Codevasf, Distrito de Irrigação, Incra, Receita Federal do Brasil, Celpe, Compesa, Cartórios em Geral, podendo dito procurador, comprar de quem lhe convier, assinar contratos em geral, concordar ou discordar com cláusulas e condições, assinar escritura pública de compra ou outra que se tornar necessária, transmitir, direito, posse, domínio, ações e servidões, responder pela evicção de direito, dar limites e confrontações, fazer cadastramento, ITR, requerer e receber certidões, assinar formulários, requerimentos, passar e assinar recibos, aceitar quitações, juntar e retirar documentos, participar de licitações, responder pelo outorgante, enfim praticar os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, **com o prazo de validade por 1 ano, a partir da presente data, não podendo substabelecer, o que dá por firme e valioso. /////**

É consabido, que as obrigações documentais devem ser cumpridas nos estritos termos e prazos fixados no edital, bem como em consonância com a legislação incidente, sendo indispensáveis esses formalismos à confirmação plena da capacitação dos competidores - isso é nuclear no que pertine aos procedimentos licitatórios

Não obstante as regulares exigências editalícias, ao observar a documentação apresentada pelo licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, constata-se que o mesmo não apresentou a documentação solicitada na sua integralidade e, portanto, encontra-se em situação irregular.

A documentação apresentada de forma diversa do que exige o edital é o mesmo que não tivessem sido apresentada.

Não pode ser perfectibilizado o ato habilitatório do licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI o qual cometeu, incontestavelmente, falha na apresentação de seus documentos habilitatórios.

O licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI não pode permanecer habilitado nesta licitação, diante das relevantes falhas documentais reveladas em seus documentos habilitatórios.

O indispensável tratamento isonômico dos



concorrentes, sendo que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.

Ab initio, cumpre verificar que o artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 preleciona que tanto a Administração Pública como os **interessados** ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)
(Regulamento)

Em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação às mesmas, é o que estabelecem os arts. 41 e 55, *inciso XI*, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art.41. A Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, em verdade, de princípio intrínseco a toda licitação e que impede não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da

impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objeto.

Nesse sentido, cita-se a lição de Maria Sylvia Zanella

Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se faça, de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II), se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I). (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299).

Reiterando a pertinência e observância obrigatória do princípio em debate, colaciona-se os seguintes julgados dos diversos tribunais pátrios:



ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA.

1. A Corte da origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal *a quo* se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa aos referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos.

2. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de descumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio se a empresa apresenta outra documentação – protocolo de pedido de renovação de registro – que não a requerida, não supre a exigência do edital.

3. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

4. Recurso especial não provido.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.178.657 – MG (2009/0125604-6) STJ, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 21/09/2010, T2 - SEGUNDA TURMA)

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. Oitiva dos responsáveis e das empresas vencedoras. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DE UM. REVELIA DE OUTRO. APLICAÇÃO DE MULTA A AMBOS. DETERMINAÇÕES

(TCU. Relator Ministro Augusto Nardes. AC – 8239-34/11-2 Segunda Câmara. Natureza: Representação. Data da sessão: 20/09/2011)



AÇÃO CAUTELAR. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PARA UNIDADES HOSPITALARES. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO. DESCLASSIFICAÇÃO. CRITÉRIO SUBJETIVO NÃO DEMONSTRADO PELA AUTORA. EXCLUSÃO FUNDADA EM QUESTÕES TÉCNICAS. ESPECIFICAÇÕES NÃO CUMPRIDAS PELA EMPRESA. CRITÉRIO OBJETIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. LEI Nº 8.666/93, ARTS. 3º, 41 E 43, I. *FUMUS BONI IURIS* AUSENTE.

1. [...]

7. Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I).

8. O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtrar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento. Se a apelante não cumpriu, em suas propostas, as especificações técnicas exigidas pelo instrumento convocatório, não pode pretender sua manutenção no certame.

9. Correta a sentença de improcedência do pedido de cautela processual, na medida em que não demonstrada a plausibilidade do direito invocado (*fumus boni iuris*).

10. Apelação da autora improvida.

(AC - 199934000002288/DF. Processo na Origem: 199934000002288. TRF 1ª Região. Relator(a): Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida 09/07/2010 e-DJFI P. 87)

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa.

Ante o exposto, contrariando os princípios retrocitados, eis que exsurge a lídima inquietação da Recorrente, vez que a Comissão de Licitação, sem maiores considerações, entendeu por habilitar uma pessoa cuja documentação encontra-se eivada de ilegalidade a maculada, inclusive, por circunstâncias sujeitas à declaração de nulidade das mesmas.

In fine, perante as irregularidades demonstradas e a cogente argumentação exposta, pugna-se pela inabilitação de LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI.



DOS PEDIDOS

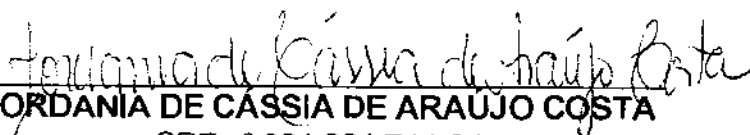
Diante de todo o exposto, requer-se o seguinte:

1. A concessão do **EFEITO SUSPENSIVO** à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa;
2. O PROVIDENTE do presente recurso para o fim de reformar a decisão ora recorrida para determinar a nulidade da decisão de habilitação ora impugnada, **declarando-se o licitante LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI inabilitado para prosseguir no pleito.**

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitações reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, faça este recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o §4º do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

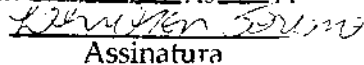
Pede deferimento.

Petrolina (PE), 01 de junho de 2018.


JORDANIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA
CPF nº 881.221.744-34

Recebido pela 3ª GB

Em: 01/06/18 Às: 17h


Assinatura



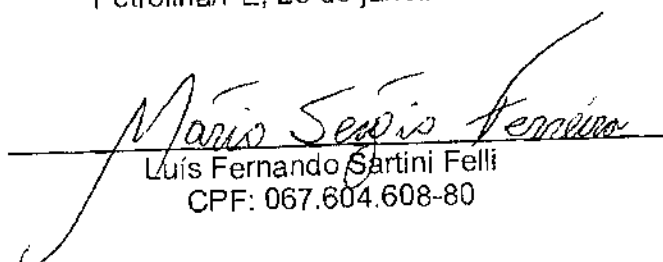
ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS 3ª SL

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Uma fazenda de soja no município de Balsas, no estado do Maranhão, num total de 3.000 ha com benfeitorias	25.500.000,00

Eu, LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, CPF/CNPJ n.º 067.604.608-80, cédula de identidade n.º 13.382.092-0, expedida por SSP-SP, declaro sob as penas da lei e para os fins constantes no item 4.0 e subitem 6.1.2. do Edital n.º 34/2017 possuir os bens e rendas declarados no presente documento, estando em condições de proceder a exploração agrícola das unidades parcelares números LE008 e LE009, localizadas no Projeto Público de Irrigação Pontal, nos padrões preconizados pela CODEVASF e nos prazos estipulados no subitem 11.6. do Edital de Concorrência Pública n.º 34/2017, podendo mobilizar recursos próprios e de terceiros para investimentos nas referidas unidades parcelares, estando ciente que a falta de adimplência com a exploração das áreas é motivo de retomada dos imóveis pela entidade alienante nos termos da legislação vigente, assumindo, também, o compromisso de facilitar as gestões da CODEVASF para recolocação da área em produção.

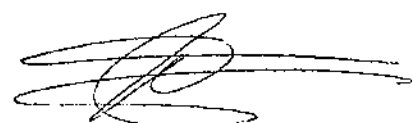
Petrolina/PE, 25 de janeiro de 2018.


Luís Fernando Sartini Felli
CPF: 067.604.608-80











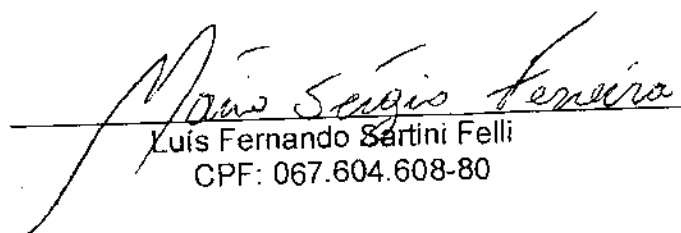
1.484
Proc. 59500-001388-12.75
3º SL


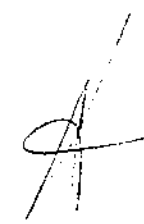




**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE VISITA**

Eu, LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, CPF n.º 067.604.608-80 declaro que no dia 25/01/2018 visitei o Projeto Público de Irrigação Pontal, localizado no Município de Petrolina/PE, e tenho conhecimento da forma operacional, estudo do solo, sistema de canais e medição de água, vazões da rede principal, secundária e parcelar, bem como, verifiquei topografia, localização da rede de energia, estado atual das unidades parcelares n.º LE008 e LE009, benfeitorias existentes e demais características da área.

Assino a presente declaração para fins constantes do Edital de Concorrência Pública nº 34/2017.

Petrolina/PE, 25 de janeiro de 2018.


Luís Fernando Sartini Felli
CPF: 067.604.608-80

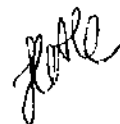
1.485
Proc.: 58600.001334-17,75
3ª SL

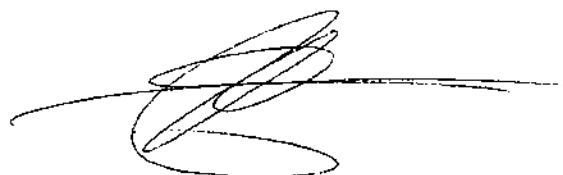
ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE NÃO SER IRRIGANTE IMPEDIDO

Eu, LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, CPF n.º 067.604.608-80, cédula de identidade n.º 13.382.092-0, expedida por SSP-SP, declaro, sob as penas da lei, não ser irrigante impedido, ou seja, não ter sido excluído de projeto público de irrigação implantado pela Codevasf, por inadimplência ou ter tido unidade parcelar retomada no período inferior a 5 (cinco) anos, conforme instrução inserida no Edital de Concorrência Pública n.º 34 / 2017.

Petrolina/PE, 02 de fevereiro de 2018.


Luís Fernando Sartini Felli
CPF: 067.604.608-80





1º TABELIÃO DE NOTAS

PIRACICABA - SP

COMARCA DE PIRACICABA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO JULIO CÉSAR BEZERRA RIZZI

Proc. 59500.000364 17.75

Livro nº 1.549 - PRIMEIRO TRASLADO 3ª SL Págs. 159/160

PROCURAÇÃO PÚBLICA

Outorgante	LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI
Procurador	MARIO SERGIO FERREIRA
Poderes	Específicos.
Códigos de Indisponibilidade: e25c.3da6.15b6.319e.b6aa.6487.415d.6f09.2814.c58f	

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (02/02/2018), nesta cidade e comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo, neste 1º Tabelionato de Notas, com sede na Rua São José, nº 514, Centro, compareceu perante mim, escrevente. /////

OUTORGANTE

LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, em 1º/04/1989, conforme consta na certidão de casamento expedida na mesma data, sob nº 9.424, à fl. 024v, do Livro B-60, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais desta Comarca, 3º Subdistrito - Cidade Alta, com **Cláudia Brusantini Felli** (brasileira, agricultora, portadora da cédula de identidade RG nº 16.662.323-4 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 123.396.318-07), engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº 13.382.092 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 067.604.608-80, residentes e domiciliados nesta cidade, na Rua Alfredo Guedes, nº 893, apto. 141, Bairro Alto, CEP: 13419-075. /////

CAPACIDADE PARA A PRÁTICA DO ATO

As pessoas comparecentes foram identificadas e reconhecidas como as próprias por mim conforme os documentos apresentados no original e imediatamente devolvidos, do que lanço fé, inclusive quanto a capacidade para a celebração deste ato notarial, na forma abaixo. /////

SOLICITAÇÃO PARA A LAVRATURA DESTE ATO NOTARIAL

Os outorgantes, acima qualificados, na forma indicada, solicitaram-me a lavratura desta procuração, nomeando e constituindo o já nomeado procurador. /////

PROCURADOR

MARIO SERGIO FERREIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de Identidade RG nº 4811308-SSP/PE, inscrito no CPF sob nº 943.990.934-04, residente e domiciliado na cidade de Petrolina/PE, na rua Cabo Cobrinha, nº 21, Edifício Greenlander, Areia Branca, CEP 56328-570. /////

PODERES DELEGADOS

A quem conferem amplos poderes para o fim especial à prática dos seguintes atos: para representá-lo junto ao Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A, e junto às repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Codevasf, Distrito de Irrigação, Incra, Receita Federal do Brasil, Celpe, Compesa, Cartórios em Geral, podendo dito procurador, comprar de quem lhe convier, assinar contratos em geral, concordar ou discordar com cláusulas e condições, assinar escritura pública de compra ou outra que se tornar necessária, transmitir, direito, posse, domínio, ações e servidões, responder pela evicção de direito, dar limites e confrontações, fazer cadastramento, ITR, requerer e receber certidões, assinar formulários, requerimentos, passar e assinar recibos, aceitar quitações, juntar e retirar documentos, participar de licitações, responder pelo outorgante, enfim praticar os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, com o prazo de validade por 1 ano, a partir da presente data, não podendo substabelecer, o que dá por firme e valioso. /////

CONCLUSÃO

E como assim disse do que dou fé, pedira-me que lhe lavrasse este instrumento, que lido e achado conforme; e que se responsabilizam, civil e criminalmente pela veracidade de todas as informações e declarações prestadas, sobre sua qualificação e do procurador, bem como por todos os demais disposto na presente, aceitando esta procuração em todos os expressos termos. Assim diz o outorgante do que dou fé. Os elementos declaratórios deste instrumento são fornecidos pelo outorgante, e após a assinatura são inalteráveis, eventuais correções somente serão levadas a efeito mediante a lavratura e cobrança de novo ato. Certifico que esta Serventia acessou a



07502902459747.000059736-0

RUA SÃO JOSÉ 514 - CENTRO
PIRACICABA SP CEP 13400-330
FONE: 19-25327100 FAX: 19-25327124



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

central de indisponibilidade de bens, conforme consulta mencionada no preâmbulo, e dela verificou não haver indisponibilidade de bens por parte do outorgante, o qual feito e lido por mim escrevente, foi achado conforme e por isso aceitam, outorgam e assinam, tendo dispensando expressamente a presença e assinatura das testemunhas, nos termos do disposto nas normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, do que dou fé. MARGEM: Ao Tabelião: R\$130,74. Ao Estado: R\$37,15. Ao IPESP: R\$25,42. Ao ISS: R\$2,61. Ao M.P.: R\$6,27. Registro Civil: R\$6,88. Ao Tribunal de Justiça: R\$8,97. À Santa Casa: R\$1,31. Total: R\$219,35. Recibo nº 12601. Guia nº 24/2018. Eu, (a.) Adriano Benedito Vianna Bortoletto, escrevente autorizado, a lavro. Eu, (a.) Júlio César Bezerra Rizzi, Tabelião Titular, a subcrevo e anexo este ato. (a.) LUIS FERNANDO SARTINI FELLI, NADA MAIS. (Legalmente Selada, Trasladada em seguida nas folhas de segurança nºs 07502602459747.000059736-0. Eu, (a.) (Adriano Benedito Vianna Bortoletto), a digitei. Eu, (a.) (Júlio César Bezerra Rizzi), Tabelião Titular, mandei digitar, a conferi, achei conforme, dou fé e a subcrevo em público e raso.

Em test^o da verdade

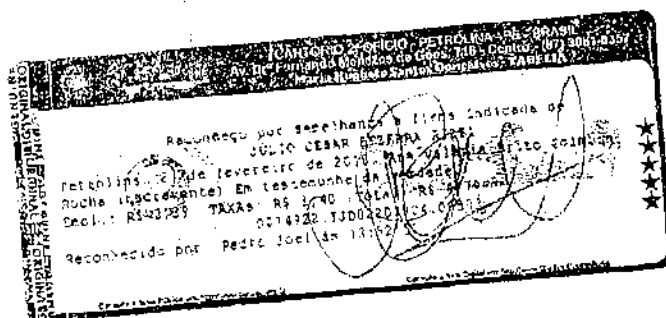


Júlio César Bezerra Rizzi
Tabelião Titular

1º Tabelião Notas de
Piracicaba

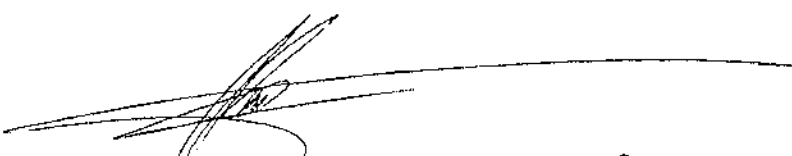
Júlio César Bezerra Rizzi
Tabelião Titular

Rua 20m Norte, 1.155 - Centro - CEP 13400-140
CNPJ: 14.704.263/0001-96
Fone: (19) 2532-7100 / 2532-7119




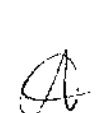


1457
RUBRICAR 1.468
Preci: 58500.001364-17.75
3º SL

ENDEREÇO DE DOMICÍLIO ATUALIZADO		
LICITANTE:	Luís Fernando Sartini Felli	
ENDEREÇO:	Rua Alfredo Guedes nº 893, apto. 141, Cd Alta	
CIDADE:	Piracicaba-SP	CEP: 13.419-080


Petrópolis/PE, 25 de janeiro de 2018.

Santa 44

111

LUIS FERNANDO SARTINI FELLI
R ALFREDO GUEDES 893 AP 141
CD ALTA
13419-075 PIRACICABA SP

Folha nº 1.469

Nota Fiscal nº 50500.00/384 17.75
Conta de Energia Elétrica
Nº 800972152 série C Pág. 1 de 1
Data de Emissão 08/01/2018
Data de Apresentação 11/01/2018
Conta Contrato No 310010036276
3ª SL

Lote Roteiro da leitura Medidor Cliente
04 PIRBU429-00000150 305014424 0702463601

Reservado ao fisco

5DCE.B245.D906.C8B2.D753.7C7E.3F4F.12D6

PREZADO(A) CUENTE

Mantenha seus dados sempre atualizados, alguns itens determinam a tarifa e tributação da sua fatura de energia elétrica. Solicite os serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança e reserve mais tempo para você em seu dia-a-dia. Mais informações acesse o endereço que consta no verso de sua conta.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA
LUIS FERNANDO SARTINI FELLI
R ALFREDO GUEDES, 893 AP 141
CD ALTA PIRACICABA - SP

CPF:067.504.608-80

CLASSIFICAÇÃO: B1 Residencial - Trifásico 220 / 127 V

ATENDIMENTO CPFL PN SEU CÓDIGO CDNTA/MÊS VENCIMENTO TOTAL A PAGAR (R\$)
0800 0 10 10 10 0702463601 15005313 JAN/2018 22/01/2018 494,20
www.cpfl.com.br

CRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO - RESERVADO AO FISCO

115	Nº 912558675210	Descrição da Operação		Mês	Quant.	Unid.	Tarifa com Tributos	Valor Total da Operação	Base Cálculo ICMS	Aliq. ICMS	ICMS	Base Cálculo PIS/COFINS	PIS	COFINS	Bandeiras Tarifárias
		Ref.	Fatura Med.												(Dias)
85C3	Consumo Use Sistema (KW/h)-TUSD	JAN/18	805,000	KWh	0,21823663	175,68	175,68	25,00	43,92	175,68	1,72	7,94			Vermelha
0601	Consumo Bancêira Verde - TC	JAN/18	805,008	KWh	0,36329193	204,45	292,46	25,00	73,11	292,45	2,87	10,22			24 Dias Verde
0601	Adicional de 85-100km Vermelha Total Distribuidora	JAN/18				26,07	26,07	25,00	6,52	26,07	0,25	1,18			08 Dias
TOTAL CDNSOLIDADO															494,20

CONFORME ORIGINAL
Francisco Assis de Almeida
Analista de Atendimento Regional
CODEVASF - 391SR

HISTÓRICO DE CONSUMO

	kWh	Dias	TARIFA ANEEL
2018 JAN	805	32	Consumo FUSO TE
2017 DEZ	849	30	Consumo kWh 0 15163200 0,25772000
NOV	891	33	
OUT	730	29	
SET	785	30	
AGO	673	31	
JUL	672	31	
JUN	694	28	
MAI	697	33	
ABR	767	29	
MAR	917	29	
FEV	780	31	
JAN	356	38	

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO / DATAS DE LEITURA

Nº	Energia	Leitura	Leitura	Fator	Consumo	Taxa de Perda	Leitura
305014424	ATIVA	08/01/2018	07/12/2017	1,00	805	(%)	Próximo Mês 05/02/2018

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

Padrão	Indicador	Período	Apurado	Período	Valor do EUSO
DEC	Mensal	Anual	Mensal	Apuração	(R\$)
DEC	4,59	8,19	8,00	11/2017	135,14
DEC	3,05	6,10	0,00		
DEC	2,52	5,04	0,00		
DEC	12,22		0,00		

INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

Considerar quitada se efetuado débito em conta corrente.
Caso não ocorra o débito utilize esta conta para pagamento.

AVISO IMPORTANTE

Nota Fiscal DEBITO AUTOMATICO CódDebAut-Banco Total a Pagar (R\$) Data de Vencimento
Conta de Energia Elétrica Banco 237 Agência 2859 310010036276 494,20 22/01/2018
000972152 Série C

Essa conta poderá ser paga no credenciado mais perto de você. Confira a lista completa no site www.cpfl.com.br

LOJA SÁD LUIZ R MORAES BARROS 1865 - CIDADE ALTA
CODP AV. PROF. ALBERTO VOLLET SACHS 2030 - MCRUMBÍ
LOJA DE CONVENIENCIA 100 DE PIRACICABA AV. PIRACICAMIRIM 2766 - PIRACICAMIRIM

83610000048 942000403009 862569943031 100100362761

Autenticação Mecânica



Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 191.882-109260 - DATA 08/JUL/2006
NOME LUIZ FERNANDES SARTINI FELLI
FILIAÇÃO LUIZ FERNANDES FELLI
E REGINA TEREZINHA SARTINI FELLI
NATURALIDADE CAMPINAS - SP DATA DE NASCIMENTO 08/NOV/1965
DDC ORIGEM PIRACICABA-SP
TERCEIRO SUBDISTRITO
CC-LV-B60-ZELS-24V-/N.009424
CPF 067604608/80
Ox A L...
ASSINATURA DO CHEFE DO TERCERÃO SSP SP
LEI N° 7.118 DE 29/09/83

1. Objetivo do Trabalho 2. Abordagem de Protótipos

A presente cópia reprográfica confere com o original apresentado, do que dou fé.

06 JUN, 2013

0191AD435892

100 por verbo - Recebido por ato, R\$ 2,50
 SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
 Rua Barão de Jaguará, 1128
 Campinas - SP

File # 1.470

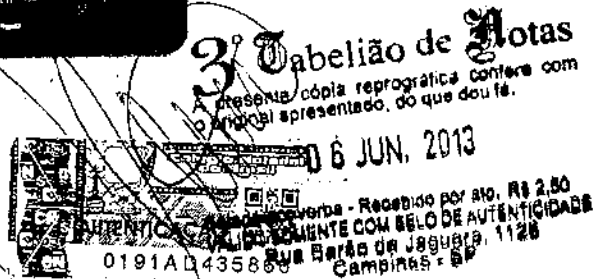
Proc.: 59500.00 ~~1364~~ 17.75

35

Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'A' and 'H', and a signature that appears to be 'JOHN'.



MONICA GARBIN DA SILVA
Escrevente Autorizada



[Handwritten signature]



Folha nº 1.472

REC: 59500.081304-17.75

3ª S/

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **067.604.608-80**

Nome: **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**

Data de Nascimento: **08/11/1965**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:20:23** do dia **24/01/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **C339.5821.3BBB.C1F0**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Recibo de Caução

59500.00 / 364 = 77.75

3a SL

Grau de sigilo
#PÚBLICO

Módulo I – RECIBO DE CAUÇÃO

Agência	Operação	Conta	Dígito (DV)	Data de abertura
1185	8	23	5	14/03/2018

1 - CAUCIONÁRIO (quem efetua o depósito – titular da conta)

Titular (preencher nome completo ou razão social por extenso)

LUIS FERNANDO SARTINI FELLI

CONFORME ORIGINAL

CPF/CNPJ

067.604.608-80

FRANCISCO 4538 - 22-10-1968
Lanchester 4538 - 22-10-1968
CODEPAGE - 37SR

2 - Valor Caucionado

Valor

R\$ 43.671,42

Valor (por extenso)

QUARENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E UM
REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS

Forma de Pagamento

1

1 - Cheque 2 - Dinheiro 3 - Misto (dinheiro e cheque)

Informar os dados seguintes quando o recebimento ocorrer em cheque

Nº Banco
237

Nº Cheque
002841

Valor (preencher na forma de numeral e por extenso)

QUARENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E UM
REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS

Histórico

Para garantia de (preencher dados do documento que comprove a exigência do depósito
caução)

CONFORME EDITAL N° 34/2017

3 – Favorecido (quem exige a caução)

Nome (preencher nome completo ou razão social por extenso)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA (CODEVASF - 3º SUPERINTENDENCIA REGIONAL)

CPF/CNPJ

00.399.857/0004-79

4 - Observações



Recibo de Caução

CONFORME ORIGINAL

1.474

58500.001364-17,75
Fundo de Garantia do Valor de Mercado
Fundo de Garantia do Valor de Mercado Regional
COGEVASF - 3ª/SR
3ª SL

5 - Condições Gerais

5.1 O levantamento dos recursos pode ser solicitado pelo Caucionário ou pelo Favorecido, com a anuência expressa da parte contrária.

5.2 A documentação abaixo deve ser entregue para o levantamento dos recursos caucionados (saque):

- Módulo I – “Recibo de caução” entregue pela CAIXA ao Caucionário no momento do depósito;
- Autorização expressa para levantamento dos recursos:
 - Módulo II – “Autorização para levantamento da Caução” (fornecido pela CAIXA e entregue ao Caucionário no ato da abertura da conta): preenchido e assinado, com firma reconhecida em cartório, por quem autoriza o levantamento da caução; ou
 - Ofício: emitido em papel timbrado por quem autoriza o levantamento da caução, com autorização expressa para o saque e com assinatura reconhecida em cartório; ou
 - Ofício/Documento com Assinatura Digital; ou
 - Alvará Judicial.
- No caso de PJ, a cópia autenticada em cartório de documento vigente que comprova a representação (levantamento tanto pelo Caucionário quanto pelo Favorecido):
 - documento constitutivo da PJ; ou
 - instrumento de ato de designação/nomeação que comprova que a pessoa que assina consta como RLA; ou
 - ata de assembléia que delegou poderes a quem assina.
- Procuração Pública (levantamento feito por procurador), quando for o caso.

5.2.1 Nas situações de levantamento por meio de Alvará Judicial não é necessária a anuência da parte contrária (Caucionário ou Favorecido).

5.3 Quando o Favorecido for algum dos órgãos abaixo, o levantamento dos recursos pode ser efetuado sem a anuência expressa do Caucionário desde que fique comprovado que o Favorecido deu ciência ao Caucionário:

- órgão da Administração Pública Direta Estadual e Municipal – poderes executivo, legislativo e judiciário estadual ou municipal, Estados e Municípios; ou
- órgão da Administração Pública Indireta (Federal, Estadual e Municipal) – comissões polinacionais, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista das esferas federal, estadual e municipal e autarquias estaduais e municipais; ou

5.3.1 A comprovação pode ser feita por meio de AR, publicação no Diário Oficial ou outro meio utilizado como imprensa oficial.

SAC CAIXA: 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Recibo de Caução

5.4 É dispensada a anuência do Cauçionário bem como a comprovação de comunicação quando o Favorecido for algum dos órgãos abaixo:

- CAIXA; ou
- órgãos da Administração Pública Direta Federal ou Autárquica – órgãos públicos integrantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federal ou autarquias federais.

5.5 O valor depositado em caução também poderá ser retido a título de multa, conforme previsão em edital ou documento que deu origem à caução.

5.6 A CAIXA enquanto Favorecida realiza o levantamento do depósito sob caução, independente de autorização judicial ou comunicação formal, dos valores caucionados a título de indenização. Não sendo possível intimar os Cauçionários da decisão administrativa que fixou a indenização, far-se-á sua convocação por Edital, podendo a CAIXA levantar o depósito sob caução, caso esses não venham saldar seus compromissos decorridos 5 dias úteis da convocação.

5.7 O saldo da conta recebe remuneração "pró-rata-die" pelo mesmo índice de remuneração básica, dada pela Taxa Referencial - TR, referente ao primeiro dia do mês. Quando nesse dia a remuneração básica for igual a "0,00" não haverá correção/atualização do saldo no mês.

5.7.1 O valor da remuneração é provisionado diariamente e o crédito é efetuado automaticamente na conta no último dia útil do mês e na data em que ocorra movimentação a débito ou a crédito.

5.8 Sobre os depósitos das contas caução há incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), exceto os cauçionários imunes, isentos ou beneficiado de alíquota zero.

VINHEDO, 14 de VINHEDO de 2018
Local/Data

CONFORME ORIGINAL
FOLHA 01 DE 01
COPIA PARA O CAUCIONARIO


Assinatura do Cauçionário (titular da conta)

Assinatura sob carimbo do Gerente

4

SAC CAIXA: 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Recibo de Caução

Folha nº 1.475

Proc.º

59593.004384-17.75

3ª SL

Grau de sigilo
#PÚBLICO

Módulo I – RECIBO DE CAUÇÃO

Agência	Operação	Conta	Dígito (DV)	Data de abertura
1185	8	24	3	14/03/2018

1 - CAUCIONÁRIO (quem efetua o depósito – titular da conta)

Titular (preencher nome completo ou razão social por extenso)

LUIS FERNANDO SARTINI FELLI

CONFORME ORIGINAL

Francisco Assis de Almeida
Analista de Escritório - Unidade Regional
CODEVASF - 3ª SR

CPF/CNPJ

067.604.608-80

2 - Valor Cauçionado

Valor	Valor (por extenso)
R\$ 25.632,80	VINTE E CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS

Forma de Pagamento

1
1 – Cheque 2 – Dinheiro 3 – Misto (dinheiro e cheque)

Informar os dados seguintes quando o recebimento ocorrer em cheque

Nº Banco	Nº Cheque	Valor (preencher na forma de numeral e por extenso)
237	0002842	VINTE E CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS

Histórico

Para garantia de (preencher dados do documento que comprova a exigência do depósito caução)

CONFORME EDITAL Nº 34/2017

3 – Favorecido (quem exige a caução)

Nome (preencher nome completo ou razão social por extenso)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF - 3ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL)

CPF/CNPJ

00.399.857/0004-79

4 - Observações

CAIXA

Recibo de Caução

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CAIXA

Recibo de Caução

1.476

R\$ 4.500,00 / 1364 - 17,75

3ª SL

CONFECIONADO ORIGINAL

Fornecido para o Advogado
Ato de Autorização de Recurso
Caução de Recurso**5 - Condições Gerais**

5.1 O levantamento dos recursos pode ser solicitado pelo Caucionário ou pelo Favorecido, com a anuência expressa da parte contrária.

5.2 A documentação abaixo deve ser entregue para o levantamento dos recursos caucionados (saque):

- Módulo I – "Recibo de caução" entregue pela CAIXA ao Caucionário no momento do depósito;
- Autorização expressa para levantamento dos recursos:
 - Módulo II – "Autorização para levantamento da Caução" (fornecido pela CAIXA e entregue ao Caucionário no ato da abertura da conta): preenchido e assinado, com firma reconhecida em cartório, por quem autoriza o levantamento da caução; ou
 - Ofício: emitido em papel timbrado por quem autoriza o levantamento da caução, com autorização expressa para o saque e com assinatura reconhecida em cartório; ou
 - Ofício/Documento com Assinatura Digital; ou
 - Alvará Judicial.
- No caso de PJ, a cópia autenticada em cartório de documento vigente que comprova a representação (levantamento tanto pelo Caucionário quanto pelo Favorecido):
 - documento constitutivo da PJ; ou
 - instrumento de ato de designação/nomeação que comprova que a pessoa que assina consta como RLA; ou
 - ata de assembléia que delegou poderes a quem assina.
- Procuração Pública (levantamento feito por procurador), quando for o caso.

5.2.1 Nas situações de levantamento por meio de Alvará Judicial não é necessária a anuência da parte contrária (Caucionário ou Favorecido).

5.3 Quando o Favorecido for algum dos órgãos abaixo, o levantamento dos recursos pode ser efetuado sem a anuência expressa do Caucionário desde que fique comprovado que o Favorecido deu ciência ao Caucionário:

- órgão da Administração Pública Direta Estadual e Municipal - poderes executivo, legislativo e judiciário estadual ou municipal, Estados e Municípios; ou
- órgão da Administração Pública Indireta (Federal, Estadual e Municipal) - comissões polinacionais, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista das esferas federal, estadual e municipal e autarquias estaduais e municipais; ou

5.3.1 A comprovação pode ser feita por meio de AR, publicação no Diário Oficial ou outro meio utilizado como imprensa oficial.

SAC CAIXA: 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492**Ouvidoria: 0800 725 7474**

caixa.gov.br



Recibo de Caução

5.4 É dispensada a anuência do Caucionário bem como a comprovação de comunicação quando o Favorecido for algum dos órgãos abaixo:

- CAIXA; ou
- órgãos da Administração Pública Direta Federal ou Autárquica – órgãos públicos integrantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federal ou autarquias federais.

5.5 O valor depositado em caução também poderá ser retido a título de multa, conforme previsão em edital ou documento que deu origem à caução.

5.6 A CAIXA enquanto Favorecida realiza o levantamento do depósito sob caução, independente de autorização judicial ou comunicação formal, dos valores caucionados a título de indenização. Não sendo possível intimar os Caucionários da decisão administrativa que fixou a indenização, far-se-á sua convocação por Edital, podendo a CAIXA levantar o depósito sob caução, caso esses não venham saldar seus compromissos decorridos 5 dias úteis da convocação.

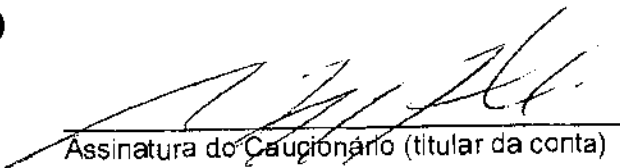
5.7 O saldo da conta recebe remuneração "pró-rata-die" pelo mesmo índice de remuneração básica, dada pela Taxa Referencial - TR, referente ao primeiro dia do mês. Quando nesse dia a remuneração básica for igual a "0,00" não haverá correção/atualização do saldo no mês.

5.7.1 O valor da remuneração é provisionado diariamente e o crédito é efetuado automaticamente na conta no último dia útil do mês e na data em que ocorra movimentação a débito ou a crédito.

5.8 Sobre os depósitos das contas caução há incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), exceto os caucionários imunes, isentos ou beneficiado de alíquota zero.

VINHEDO, 14 de VINHEDO de 2018
Local/Data

CONFORME ORIGINAL
Assinado por: [Assinatura]
Data: 14/05/2018
Hora: 10:58


Assinatura do Caucionário (titular da conta)

Assinatura sob carimbo do Gerente

4

SAC CAIXA: 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br





Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 067.604.608-80

Folha nº 1.478

Proc:

50503 001364 77.75

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos declarados** ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº

18010077520-85

Data e hora da emissão

24/01/2018 17:22:51

Validade

6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



Folha nº 1.479
Proc.: 59500.004307-17.75

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 006059/18

Data da

24/01/2018 16:15:52

Inscrição Estadual: 121837327

CPF/CNPJ: 06760460880

Razão Social: LUIS FERNANDO SARTINI FELLI

Endereço: FAZ PIRACICABA, S/N DATA SANTO ANTONIO CEP: 65820000

Telefone: (99)35415442

Município: TASSO FRAGOSO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 24/05/2018.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 24/01/2018 16:15:52

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA**

Secretaria Municipal de Finanças

Estado de São Paulo - Brasil

Departamento de Administração Tributária

Divisão de Dívida Ativa

CERTIDÃO NEGATIVA Nº 1913/2018

A Divisão de Dívida Ativa da Prefeitura do Município de Piracicaba,

CERTIFICA, obedecendo a despacho dado no requerimento protocolado sob nº 01/245905/2018 e atendendo a solicitação do(a) requerente, para fins de CADASTRO, que em nome de **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**, com o C.P.F. de nº 06760460880, constam: os imóveis cadastrados nesta Prefeitura com os CPDs - 1107185, 1197423, de acordo com informação da Divisão de Tributos Imobiliários. CERTIFICA MAIS, que com referência a Tributos Mobiliários e Imobiliários, NADA DEVE até a presente data, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar dívidas que venham a ser apuradas e que recaiam sobre o(a) mesmo(a).

OBS: A PRESENTE CERTIDÃO É VÁLIDA ATÉ 06/06/2018

Folha 1.480

Pág 54553.00/2018 - 17.75

O referido é verdade e da fé.

Piracicaba, 7 de Fevereiro de 2018.

3ª SL

SENHOR CONTRIBUINTE: -

Código de Autorização: 06768468888245985419132018201882070918931

- Por força do Decreto nº 6955/95, alterado pelo 6978/95, o presente procedimento foi expedido gratuitamente.
- Qualquer reclamação ou sugestão utiliza-se do Código 156.
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Piracicaba na Internet, no Endereço: <http://www.piracicaba.sp.gov.br>

CENTRO CÍVICO
Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 - 2º Andar - CEP: 13-400-810
Fels: (19) 3403-1140 - tel/fax: (19) 3403-1137



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Proc.: 69509.001364-17.75

3º SL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**
CPF: **067.604.608-80**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:01:32 do dia 27/12/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/06/2018.

Código de controle da certidão: **1DAB.B989.5953.9B52**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICIPIO DE BALSAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS
Praça Professor Joça Rêgo, Nº 121 - Centro
CNPJ: 06441430000125

Protocolo 1.481
Proc. 08503.1001204-1.75
3ª SL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Prefeitura Municipal de BALSAS, a requerimento da pessoa interessada LUIS FERNANDO SARTINI FELLI, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 24/04/2018, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

PARA FINS DE REGULARIDADE FISCAL

Cadastro: 000003480
Contribuinte: LUIS FERNANDO SARTINI FELLI
Endereço: RUA ALFREDO GUEDES, 893
Bairro: ALTO
Cidade: PIRACICABA-SP

Inscr. Municipal: 01.14.0003.0061.000
CPF/CNPJ: 06760460880
Complem: APTO: 141;
CEP: 13419075

Emissão: 24/01/2018 09:46:34 Validade: 24/04/2018 Usuário: LEIOE
Número/Controle da Certidão: 8E6707CEA2F33708

LUCILENE ALMEIDA NUNES DE ABREU

Responsável

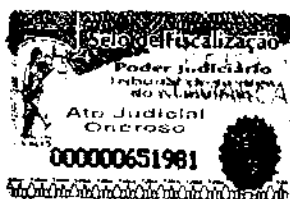


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA DE BALSAS
SECRETARIA JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que dando buscas nos sistemas **ThemisPG** e **PJe** (Processo Judicial Eletrônico) desta Comarca referentes às **Varas Cíveis, Comércio, Fazenda Pública, Família, Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Insolvência Civil, Sucessão, Inventário, Interdição, Tutela, Curatela, Ausência e Criminal**, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES E/OU EXECUÇÕES** tramitando contra **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**, inscrito(a) no (**X**) CPF / () CNPJ nº. **067.604.608-80**.

CERTIFICO, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário de Balsas, Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Esmaragdo de Sousa e Silva", nesta cidade de Balsas, Estado do Maranhão. Eu, Secretário Judicial, consultei, digitei e assino. Balsas/MA, 23 de janeiro de 2018.



Carlos Rafael Coelho Barros
Secretário Judicial Substituto de Distribuição
Matrícula 149682

OBSERVAÇÕES:

- 1 - O CNPJ/CPF constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário;
- 2 - Este documento é válido por 60 (sessenta dias), conforme artigo 198 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão;
- 3 - **ESTA CERTIDÃO ABRANGE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE BALSAS/MA.**

Fórum Des. Esmaragdo de Sousa e Silva
Av. Dr. Jamildo, s/n, bairro Potosí
Balsas/MA - CEP 65.800-000 - Tel. (Geral) (99)3541-2424



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

Folha nº 1483

8.59500.001304-17.75

FOLHA 1/1

CERTIDÃO Nº: 024663620

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 21/01/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI, RG: 13382092, CPF: 067.604.608-80, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **LUÍS FERNANDO SARTINI FELLI**, não qualificado(a), as distribuições abaixo relacionadas, que podem referir-se a homônimos: *****

PIRACICABA

» Foro de Piracicaba - 4ª Vara Cível. Processo: 0000033-79.1992.8.26.0451 (0000033-79.1992.8.26.0451) Situação: Arquivado. Ação: Procedimento Comum. Data: 01/10/2005. Autor: BORDIERI BARROS CONSTRUTORES LTDA. *****

» Foro de Piracicaba - 6ª Vara Cível. Processo: 0000271-98.1992.8.26.0451 (0000271-98.1992.8.26.0451) Situação: Suspensão. Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Defeito, nulidade ou anulação. Data: 29/06/2017. Repte: Bordieri Barros Construtores Ltda. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 23 de janeiro de 2018.

PEDIDO Nº:

4663620



PLANO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Concorrente: Luís Fernando Felli

CPF: 067.604.608-80

Projeto público de irrigação Pontal

Unidade parcelar n.º: LE008

Prov. 05306.00

3ª S

1) Preparo da área

1.1) Desmatamento	R\$ 86.221,03
1.2) Correção do solo	R\$ 29.908,88
TOTAL	R\$ 116.129,90

2) Equipamentos de irrigação

2.1) Sistema de Irrigação	R\$ 540.000,00
TOTAL	R\$ 540.000,00

3) Instalações (casas, galpões, etc.)

3.1) Casa de morador (56m²)	R\$ 39.200,00
3.2) Galpão/Oficina (198,8m²)	R\$ 107.352,00
3.3) Escritório (48 m²)	R\$ 33.600,00
3.4) Casa de bomba/Filtros (30m²)	R\$ 21.000,00
3.5) Packing House (1100m³)	R\$ 605.000,00
3.5) Reservatório (1200m³)	R\$ 31.560,00
3.6) Rede elétrica	R\$ 90.000,00
3.7) Cerca	R\$ 18.698,75
3.8) Drenagem	R\$ 190.989,00
TOTAL	R\$ 1.137.399,75

4) Máquinas e equipamentos

4.1) Trator agrícola	R\$ 117.000,00
4.2) Roçadeira	R\$ 19.900,00
4.3) Duas carretas agrícolas 4 ton.	R\$ 21.200,00
4.4) Pá traseira	R\$ 2.700,00
4.5) Sistema de Cabo Via	R\$ 486.000,00
TOTAL	R\$ 646.800,00

5) Cultura	Área	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV	
		Área	Valor R\$	Área	Valor R\$	Área	Valor R\$	Área	Valor R\$
Banana	60,00	60,00	1.366.012,80						
TOTAL			1.366.012,80						

6) Outros investimentos (especificar):

7) TOTAL GERAL (1+2+3+4+5+6): R\$3.806.342,45

8) Fonte de Recursos (Especificar a origem dos recursos para implantação do lote)

8.1) Próprios	R\$ 380.634,25
8.2) Terceiros	R\$ 3.425.708,21
8.3) Outros	R\$ 0,00

9) N.º de empregos a serem gerados: 60

10) Outras informações importantes:

Petrolina, 04 de fevereiro de 2018

Luís Fernando Sartini Felli
CPF: 067.604.608-80

PLANO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Concorrente: Luís Fernando Felli

CPF: 067.604.608-80

Projeto público de irrigação Pontal

Unidade parcelar n.º: LE009

Proc. 59500.001/2017-75

1) Preparo da área

1.1) Desmatamento	R\$ 60.842,83
1.2) Correção do solo	R\$ 17.202,67
TOTAL	R\$ 78.045,50

2) Equipamentos de irrigação

2.1) Sistema de Irrigação	R\$ 324.000,00
TOTAL	R\$ 324.000,00

3) Instalações (casas, galpões, etc.)

3.1) Casa de morador (56m²)	R\$ 39.200,00
3.2) Galpão/Oficina (198,8m²)	R\$ 107.352,00
3.3) Escritório (48 m²)	R\$ 33.600,00
3.4) Casa de bomba/Filtros (30m²)	R\$ 21.000,00
3.5) Reservatório (1200m³)	R\$ 31.560,00
3.6) Rede elétrica	R\$ 90.000,00
3.7) Cerca	R\$ 12.822,00
3.8) Drenagem	R\$ 109.851,00
TOTAL	R\$ 445.385,00

4) Máquinas e equipamentos

4.1) Trator agrícola	R\$ 117.000,00
4.2) Roçadeira	R\$ 19.900,00
4.3) Duas carretas agrícolas 4 ton.	R\$ 21.200,00
4.4) Pá traseira	R\$ 2.700,00
4.5) Sistema de Cabo Via	R\$ 291.600,00
TOTAL	R\$ 452.400,00

5) Cultura	Área	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV	
		Área	Valor R\$	Área	Valor R\$	Área	Valor R\$	Área	Valor R\$
Banana	36,00	36,00	819.607,68						
TOTAL			819.607,68						

6) Outros investimentos (especificar):

7) TOTAL GERAL (1+2+3+4+5+6): R\$2.119.438,18

8) Fonte de Recursos (Especificar a origem dos recursos para implantação do lote)

8.1) Próprios	R\$ 211.943,82
8.2) Terceiros	R\$ 1.907.494,36
8.3) Outros	R\$ 0,00

9) N.º de empregos a serem gerados: 40

10) Outras informações importantes:

Petrolina, 04 de fevereiro de 2018.

Luís Fernando Sartini Felli

CPF: 067.604.608-80



ESTADO DO MARANHÃO
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Ana Maria Gomes Pereira
TABELÃO E REGISTRADOR DE IMÓVEIS
Cândida Carolina Pereira Nunez
Sônia Maria de Jesus B. Pereira
SUBSTITUTA

Alessandra Mota Barbosa
Antonio de Pádua Barros Muniz
Rosa Maria Martins Barros Alencar
ESCREVENTES

Rua Coelho Neto, 781 - Centro - Fones: (99) 3541-2303/3414
CEP 65.800-000 - Balsas - MA / Brasil
CNPJ n.º 11.534.313/0001-46
E-mail - cartbalsas@hotmail.com

ATO Nº 0010492

TRASLADO LIVRO 177 FOLHA 158/161
ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E
VENDA DE IMÓVEL RURAL, QUE
FAZEM, COMO OUTORGADO
COMPRADOR: LUIS FERNANDO SARTINI
FELLI; E, COMO OUTORGANTES
VENDEDORES: **EDUARDO UGOLINI DE
MOURA E SUA ESPOSA E OUTROS, NO
VALOR DE R\$ 1.500.000,00, NA FORMA A
SEGUIR DECLARADA:**

Folha nº 1.489

Proc.: 59500-001489-17.75

SAIBAM quantos esta pública escritura de

compra e venda virem que, aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e treze (23/07/2013), nesta Cidade de Balsas, Estado do Maranhão, em Cartório, à Rua Coelho Neto, nº 781, Centro, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como **outorgantes vendedores**, **EDUARDO UGOLINI DE MOURA**, agricultor, nascido em 18/10/1928, portador da Cédula de Identidade RG. nº 26315942003-1/MA, expedida em 24/10/2003 e inscrito no CPF/MF sob nº 005.195.371-49 e sua esposa **MARIA FREITAS UGOLINI DE MOURA**, do lar, nascida em 13/08/1932, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 2007009114120/CE, expedida em 18/06/2007 e inscrita no CPF/MF sob nº 551.398.843-72, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime da comunhão de bens, residentes e domiciliados na Rua da Piçarra, nº 706, apto. 202, Centro, Balsas-MA, **LUIZ ROBERTO UGOLINI DE MOURA**, engenheiro civil, nascido em 22/06/1956, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.800.288-2ª Via-SSP/SP, expedida em 23/05/1980 e inscrito no CPF/MF sob nº 913.298.508-82, com anuência de sua esposa **PATRICIA FONSECA DE MOURA**, funcionária pública estadual, nascida em 17/04/1965, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 41093195-0-SESP/MA, expedida em 23/01/1995 e inscrita no CPF/MF sob nº 618.925.483-72, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime da comunhão parcial de bens na vigência da lei 6515/77, residentes e domiciliados na Av Raimundo Felix nº 1988, Fatima, Balsas-MA, neste ato legalmente representados por seu bastante procurador **ROGERIO UGOLINI DE MOURA**, adiante qualificado, nos termos do Instrumento Público de Procuração, lavrado no Livro 126, Folha 059, em 17/06/2013, neste Tabelionato, **EDUARDO UGOLINI DE MOURA JUNIOR**, empresário, nascido em 17/11/1953, portador da Cédula de Identidade RG. nº 019973-MT, e inscrito no CPF/MF sob nº 080.299.201-30 e sua esposa **ELIENE OLIVEIRA UGOLINI DE MOURA**, bancária, nascida em 20/09/1953, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 73.000-SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob nº 163.814.591-15, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime da comunhão de bens nos termos do Assento de Casamento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registro Civil do Município e Comarca de Dourados/MS, livro 25, folha 81, termo 5950 em 12/07/1975, residentes e domiciliados na Rua Eduardo Lane, nº 308, Jardim Brasil, Campinas-SP, neste ato legalmente representados por seu bastante procurador **ROGERIO UGOLINI DE MOURA**, adiante qualificado, nos termos do Instrumento Público de Procuração, lavrado no Livro 525, Folhas 290/291, em 10/06/2013, no Tabelionato de Notas do Distrito de Barão Geraldo, Comarca de Campinas/SP, **ROGERIO UGOLINI DE MOURA**, arquiteto, nascido em 14/03/1955, portador da Cédula de Identidade RG. nº

Página 1

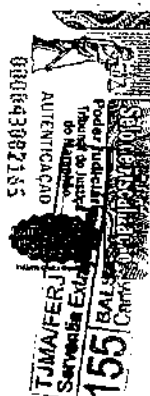
Continua na Página 2 (Verso)

Escritura
Válido somente com o selo de Autenticidade

1610016-SSP/PR, expedida em 10/02/1976 e inscrito no CPF/MF sob nº 139.251.641-20, com anuência de sua esposa **KATIA MARIA MOREIRA MOURA**, comerciante, nascida em 13/11/1966, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 895760-SSP/MA e inscrita no CPF/MF sob nº 271.772.033-20, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime da comunhão parcial de bens na vigência da lei 6515/77, nos termos do Assento de Casamento lavrado no CRC de Balsas/MA, no livro 56, folha 113, termo 1.781 em 06/09/1986, residentes e domiciliados na Rua José Menininho Pugliesi, nº 34, Setor Industrial, Balsas-MA, e, de outro lado, como outorgado comprador, **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**, brasileiro, casado com **CLAUDIA BRUSANTIN FELLI** sob o regime da Comunhão Parcial de Bens nos termos do Assento de Casamento lavrado no CRC do 3º Subdistrito de Piracicaba/SP (Cidade Alta), livro B-60, folha 24, termo 9.424 em 01/04/1989, engenheiro agrônomo, nascido em 08/11/1965, portador da Cédula de Identidade RG. nº 13.382.092-SSP/SP, expedida em 08/07/2006 e inscrito no CPF/MF sob nº 067.604.608-80, residente e domiciliado na Rua Alfredo Guedes, nº 893, apto. 141, Bairro Alto, Piracicaba-SP, neste ato legalmente representado por seu bastante procurador **FERNANDO DE MIRANDA BRUSANTIN**, brasileiro, casado nos termos do Assento de Casamento lavrado no CRC de Balsas/MA, livro B-67, folha 124, termo 5.660 em 07/07/2007, administrador de empresas, nascido em 29/07/1965, portador da Cédula de Identidade RG. nº 14.297.225-SSP/SP, expedida em 01/02/1980, portador da C.N.H nº 03657026726-DETRAN/SP expedida em 11/08/2005 e inscrito no CPF/MF sob nº 078.842.318-59, residente e domiciliado na Rua 12, nº 12, Bairro Cajueiro, Balsas-MA, nos termos do Instrumento Público de Procuração, lavrado no Livro 18, Folha 192, em 10/06/2003, Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede de Itú/SPos presentes, reconhecidos por mim, *Ana Maria Gomes Pereira*, 1ª Tabeliã Pública, à vista dos documentos apresentados, de cuja identidade e capacidade jurídica, dou fé. Pelas partes contratantes, falando cada um por sua vez, me foi dito o seguinte: PRIMEIRO – Os outorgantes vendedores disseram ser senhores e legítimos possuidores em condomínio, a justos títulos e se encontram na posse mansa e pacífica, da Metade da gleba São Pedro, Data São José, neste município de Balsas/MA, com a área certa de ha. 3000,00,00 (tres mil hectares) dentro das seguintes medidas, rumos e confrontações:- "Começa seu perimetro de um marco de madeira, marco este denominado "82" da GLEBA TOTAL e marco "ZERO" da DIVISÃO, limitando com as terras da Gleba Mundo Novo com os seguintes rumos e dimensões: 70°27'SE, medindo 280 metros; 70°53'SE, medindo 345,70 metros; 70°11'SE, medindo 254 metros; 70°38'SE, medindo 265,50 metros; 70°41'SE, medindo 363,40 metros; 67°58'SE, medindo 53,50 metros; 69°42'SE, medindo 277,50 metros; 70°40'SE, medindo 349 metros; 70°29'SE, medindo 558 metros; 59°37'SE, medindo 590,60 metros; 59°33'SE, medindo 154 metros; 59°23'SE, medindo 339 metros; 59°38'SE, medindo 228,70 metros; 59°40'SE, medindo 73,80 metros; 58°38'SE, medindo 52,50 metros; 59°21'SE, medindo 381,70 metros; 58°54'SE, medindo 556,50 metros; 58°30'SE, medindo 457 metros; daí passa a limitar com terras da DATA SANTO ANTONIO, município de Tasso Fragoso, com os seguintes rumos e dimensões: 39°31'NE, medindo 170,70 metros; 20°00'NE, medindo 68,50 metros; 18°24'NE, medindo 350,50 metros; 19°02'NE, medindo 302 metros; 18°43'NE, medindo 411 metros; 18°40'NE, medindo 367 metros; daí passa a limitar com terras da DATA SÃO JOSÉ com o rumo de 46°53'NW medindo 6.406 metros; encontrando o riacho da limpeza ou baixa da limpeza e por este acima limitando com terras da DATA SÃO JOSÉ, segue com os seguintes rumos e dimensões: 1°11'NW, medindo 802,40 metros; 5°55'NW, medindo 123 metros; 19°25'NW, medindo 103,40 metros; 11°40'NW, medindo 148,80 metros; 32°13'NW, medindo 279,60 metros; 15°22'NW, medindo 368 metros; 47°09'NW, medindo 409,60 metros; 68°14'NW, medindo 80,40 metros; 60°11'NW, medindo 57,40 metros; 35°00'NW, medindo 1.305 metros; 4°52'NW, medindo 1.017,20 metros; 28°00'NW, medindo 1.326,50 metros; daí em linha perimétrica já existentes passa a limitar com a Gleba "CABECEIRA DA LIMPEZA",

1ª Tabelião de Notas de Balsas - Maranhão
Ana Maria Gomes Pereira - Tabeliã
E-mail: anamariagomesper@uol.com.br
Fone: (98) 3641-4233 / (98) 3641-4235

Autentico a presente fotocópia por conter com original que me foi apresentado. Dou fé.
Balsas-MA, 05 de fevereiro de 2018 - 08:05:19h



Proc.: 59559.001354-13-75

ATO Nº 0010492

TRASLADO LIVRO 177 FOLHA 158/161

pertencente a data "SÃO JOSÉ", com os seguintes rumos e dimensões: 46°38'NW, medindo 16,20 metros; 35°39'NW, medindo 45 metros; 39°34'NW, medindo 67,0 metros; 37°35'NW, medindo 136 metros; 66°33'NW, medindo 25 metros; 65°14'NW, medindo 62 metros; 64°18'NW, medindo 169 metros; 76°40'SW, medindo 222 metros; 77°41'SW, medindo 173,50 metros; 78°45'SW, medindo 146 metros; 77°18'SW, medindo 75 metros; 58°00'SW, medindo 190,50 metros; 57°25'SW, medindo 272 metros; daí passa a limitar com terras da Gleba "CORRENTINHO", com os seguintes rumos e dimensões: 85°25'SW, medindo 240 metros; 85°32'SW, medindo 136 metros; 84°27'SW, medindo 112 metros; 87°23'SW, medindo 54 metros; 83°08'SW, medindo 64 metros; 89°00'SW, medindo 114 metros; 84°46'SW, medindo 154 metros; 86°38'SW, medindo 119 metros; 85°32'SW, medindo 194 metros; 84°15'SW, medindo 202 metros; 86°25'SW, medindo 372 metros; 86°01'SW, medindo 253,50 metros; 74°26'SW, medindo 49 metros; 9°25'SW, medindo 44 metros; 12°48'SW, medindo 152 metros; encontrando o limite natural denominado "BREJÃO", com os seguintes rumos e dimensões: 13°13'SW, medindo 79 metros; 12°37'SW, medindo 74 metros; 14°25'SW, medindo 27 metros; 12°07'SW, medindo 31 metros; 42°31'SW, medindo 74 metros; 76°24'SW, medindo 76 metros; 77°24'SW, medindo 85 metros; 64°04'SW, medindo 65 metros; 63°08'SW, medindo 88 metros; 72°20'SW, medindo 27 metros; 82°20'SW, medindo 52,30 metros; 80°01'SW, medindo 57,50 metros; 62°44'SW, medindo 57,50 metros; 63°22'SW, medindo 55 metros; 66°24'SW, medindo 34,30 metros; 68°15'SW, medindo 29,80 metros; 71°29'SW, medindo 18,50 metros; 80°20'SW medindo 110 metros; 26°37'SW, medindo 40 metros; 26°45'SW, medindo 23 metros; 32°05'SW, medindo 28,20 metros; 26°28'SW, medindo 52 metros; 25°18'SW, medindo 18 metros; 23°35'SW, medindo 65 metros; daí passa a limitar com o restante da GLEBA SÃO PEDRO de propriedade dos srs. Orlando M. Kok, Teodoro João Kok, Hermano Geraldo Kok e Henrica Maria W. G. Kok, com os seguintes rumos e dimensões: 74°00'SE, medindo 1.040 metros; 00°17'SE, medindo 8.035 metros; encontrando seu ponto de partida com um perímetro de 33.878 metros, perfazendo uma área de 3.000 (três mil) hectares. A Floresta ou forma de vegetação, existente em uma área de 1.500 hectares, não inferior a 50%(cinquenta por cento), do imóvel da presente matrícula, foi gravada na condição de preservação permanente, não podendo nela ser feita qualquer tipo de exploração, a não ser mediante autorização do IBAMA. Cadastrada no INCRA sob o código nº 114.022.010.774-4 e na Secretaria da Receita Federal do Brasil sob o NIFR nº 3.989.901-1. **SEGUNDO** - O imóvel descrito na cláusula anterior foi adquirido por compra ao Sr. Geraldo João Kok e sua mulher, Dolores Machry Kok, através da Escritura Pública de Compra e Venda de lavrada neste Cartório no livro nº 65, fls. 128/129º, em 11-06-86, registrada no Cartório de Registro de Imóveis deste Município sob os nºs R-03 na matrícula nº 1.361, fls. 261 do livro nº 2-E-Registro Geral, aos 17.06.1986. **TERCEIRO** - Nessa qualidade de proprietários, os outorgantes vendedores, por esta escritura e na melhor forma de direito, resolveram vender, como, realmente, vendido têm aos outorgado comprador, LUIS FERNANDO SARTINI FELLI, o imóvel descrito na cláusula primeira, *doravante* denominado "FAZENDA SANTA MARIA", com todas as benfeitorias nela existente, quer averbadas ou não. **QUARTO** - O preço total da venda é de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), cuja importância, os outorgantes vendedores declaram ter recebido anteriormente em moeda corrente do país, diretamente do outorgado comprador, pelo que lhe confere plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para nada mais reclamarem a qualquer título ou pretexto. **QUINTO** - Os outorgantes vendedores declaram nesta oportunidade, estar o imóvel vendido, quites com os impostos municipais, estaduais e federais e gravados de ônus reais junto ao Banco do Brasil S/A, transferidos para a UNIÃO, por força da

1º Tabelionato de Notas de Balsas - Maranhão
Autentico a presente fotocópia por conferir com original
Balsas-MA, 05 fevereiro de 2018 - 08:05:03h

000043083166
55
MAIFERJ
BALSAS
Cam...

MP nº 2.196/3-2001, nos termos da AV-43 e AV-44, na citada Matrícula, cujo saldo devedor atualizado é no importe de R\$ 488.293,45 (quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e cinco reais), que continuam sendo de responsabilidade dos OUTORGANTES VENDEDORES, os quais se comprometem continuar pagando as parcelas pontualmente. **Parágrafo Único:** Os OUTORGANTES VENDEDORES declaram que são solventes e que, portanto, essa venda não compromete a adimplência de seus compromissos financeiros com terceiros, inclusive os compromissos hipotecários junto ao Banco do Brasil S/A/UNIÃO, constantes do Registro Imobiliário, assegurando ao OUTORGADO COMPRADOR que suportarão todo e qualquer custo extrajudicial ou judicial, inclusive honorários advocatícios, decorrentes de eventuais reivindicações e/ou ações de terceiros que envolvam o imóvel objeto desta escritura, assumindo a responsabilidade por eventuais perdas e danos e lucros cessantes por quaisquer amarrações ou prejuízos que o OUTORGADO COMPRADOR venha a sofrer por ação de terceiros, que enseje ou não a rescisão ou anulação da presente venda e compra, respondendo integralmente, assim, pela evicção de direito, nos termos do art. 447 do Código Civil. **SEXTO** - Os outorgantes vendedores, desde já, transferem ao outorgado comprador, **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**, pela presente escritura e por força da cláusula *constituti*, todo o domínio, direito, ação, posse, jus e servidão, que até aqui exerciam sobre o aludido imóvel, para que o mesmo comprador, possa usar, gozar e livremente dispor como seu que fica sendo, obrigando-se os outorgantes vendedores por si, seus herdeiros ou sucessores a fazerem esta venda para sempre boa, firme e valiosa a todo tempo, respondendo ainda pela evicção de direito, se chamados a autoria, pondo o adquirente à par e a salvo de contestações futuras, ficando exclusiva a hipótese de arrendimento, uma vez que a presente venda é feita em caráter definitivo, irrevogável e irretratável. **SÉTIMO** - Pelos outorgantes vendedores foi declarado que, sob pena de responsabilidade civil e criminal, não possuem inscrição e/ou vínculos junto ao INSS como empregadores, não comercializam, não exportam e nem vendem ao consumidor produtos agropecuários, não se enquadrando nas restrições da IN/MPS/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005 e Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 que aprovou o regulamento da organização e custeio da Seguridade Social tratado pela Lei nº 8.212/91, de 24.7.1991. **OITAVO** - A presente venda e compra é feita sob a condição "ad mensuram", na forma do artigo 500 do Código Civil. **NONO** - As partes elegem o foro de Balsas/MA. **DÉCIMO** - Pelo outorgado comprador, **LUIS FERNANDO SARTINI FELLI**, me foi dito que aceitava esta escritura nos termos em que está redigida, visto como se acha conforme o convencionado e contratado com os outorgantes vendedores; e disse mais que concorda com os ônus sobre o aludido imóvel em favor do Credor Banco do Brasil S/A/UNIÃO. **Pelas partes contratantes me foram apresentados os seguintes documentos:** **ITBI** - Guia de DAM nº 7296/7337 referente ao ITBI incidente sobre a presente, no valor de R\$ 30.000,00, devidamente pago junto ao Banco do Brasil S/A, aos 23.07.2013, ora exibido e devolvido. **ITR** - Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - NIRE nº 3.989.901-2, emitida via Internet aos 16.07.2013, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, válida até 12.01.2014, código de controle da certidão: 2E09.6D4A.C200.A865. **CCIR** - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural exercícios 2006/2007/2008/2009, devidamente quitado, onde constam os seguintes dados: código do imóvel rural: 114.022.010.774-4; denominação do imóvel rural: Fazenda Xanadu; área total (ha): 3.000.0000, classificação fundiária: Grande Propriedade; indicações para localização do imóvel rural: Data São José; município sede do imóvel rural: Balsas/MA; módulo rural (ha) 35,0058; nº módulos rurais: 68,56; módulo fiscal (ha): 75,0000, nº de módulos fiscais: 40,0000, FMP (ha): 4,0000; nome: Eduardo Ugolini de Moura e outros; CPF: 005.195.371-49; nacionalidade: Brasileira; código da pessoa: 00.438.858-5; número do CCIR: 10102600098. **Certidão** Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida via Internet ao 05.07.2013, pela

Continua na Página 5

1º Tabelionato de Notas de Balsas - Maranhão

R. Celso Neto, 791 - C.R. BARRAS - Balsas/MA - Fone: (98) 3541-4031 / (98) 3541-4202
e-mail: cartorio@tblsma.com.br

Atencioso e zeloso Tabelião de Notas

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Balsas-MA, 05 de fevereiro de 2018 - 08:05:03h

080043082167

SELO DE AUTENTICAÇÃO
TABELIÃO DE NOTAS
155
BALSAS/MA
SERVIDOR PÚBLICO
T.M. FERREIRA
SERVIDOR PÚBLICO

Joaquim Yoshito Gomes Takemoto. Certidão de Inexistência de Distribuição de Ações Cíveis contra Luiz Roberto Ugolini de Moura, emitida aos 25.06.2013, pela Secretaria Judicial de Distribuição deste Município de Balsas/MA, assinadas pelo Secretário Judicial, Sr. Joaquim Yoshito Gomes Takemoto. Certidões de Inexistências de Distribuições de Ações Cíveis do Foro de Campinas/SP, contra Eduardo Ugolini de Moura Junior e Eliane Oliveira Ugolini de Moura n°s 7325476 e 7325477, emitidas aos 21.06.2013, pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Campinas/SP, assinadas pela Coordenadora Alethea Torres Gabrielli. Certidão de Inexistência de Distribuição de Ações Cíveis contra Rogério Ugolini de Moura, emitida aos 27.06.2013, pela Secretaria Judicial de Distribuição deste Município de Balsas/MA, assinadas pelo Secretário Judicial, Sr. Joaquim Yoshito Gomes Takemoto. Certidões Negativas de Reclamações Trabalhistas em nomes de Eduardo Ugolini de Moura, Maria de Freitas Ugolini de Moura, Luiz Roberto Ugolini de Moura e Rogerio Ugolini de Moura, emitidas aos 25.06.2013 pela Secretaria da Vara Federal do Trabalho de Balsas/MA, assinadas por Aline Lopes Ruas, Diretora de Secretaria - VT de Balsas/MA. Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas n°s 31726325/2013 e 32742456/2013, emitidas via Internet aos 20.06.2013 e 15.07.2013, pela Justiça Federal do Trabalho, válidas até 16.12.2013 e 10.01.2013 em nomes de Eduardo Ugolini de Moura Júnior e Eliane Oliveira Ugolini de Moura, respectivamente. Certidões Negativas de Débitos n°s 3706913, 3707092, 3695047, 3734696, 3734682 e 3706859, emitidas via Internet aos 28.06.2013, 24.06.2013, 15.07.2013 e 28.06.2013 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, válidas até 28.07.2013, 24.07.2013, 14.08.2013 e 28.07.2013, respectivamente. Certidões Negativas de Distribuição Ações e Execuções e Cíveis e Criminais n°s 1121714, 1121727 e 1121703, emitidas via Internet aos 05.07.2013, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nomes de Eduardo Ugolini de Moura, Maria Freitas Ugolini de Moura e Rogerio Ugolini de Moura, válidas por 30 dias. Certidão Negativa de Distribuição Ações e Execuções e Cíveis, Criminais e JEF n° 519035, emitida via Internet aos 24.06.2013, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Seção Judiciária do Distrito Federal em nome de Luiz Roberto Ugolini de Moura, válida por 30 dias. Certidões Negativas de Distribuição Ações e Execuções e Cíveis e Criminais n°s 1121714, 1121727 e 1121703, emitidas via Internet aos 05.07.2013, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nomes de Eduardo Ugolini de Moura, Maria Freitas Ugolini de Moura e Rogerio Ugolini de Moura, válidas por 30 dias. Certidão Negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel objeto da presente, fornecidas pelo Cartório de Registro de Imóveis deste Município, nesta data, em obediência ao disposto no Decreto n°. 93.240 de 09-09-1986. Pelos outorgantes vendedores, me foi dito que inexistem ações de qualquer natureza sobre o imóvel desta escritura, como preceitua o parágrafo 3º, inciso V, artigo n° 1º do Decreto já citado n°. 93.240. **"EMITIDA A DOI"**. Documentas arquivadas na pasta própria n° 270, sob o n° de ordem 10458. Assim convençionados, pediram-me que lhes lavrasse esta em minhas Notas, a qual, depois de lavrada, foi lida em voz alta por mim, Ana Maria Gomes Pereira, 1ª Tabeliã Pública, em presença das partes contratantes. E tendo sido aceita na forma em que está redigida, assinam-na. As testemunhas foram dispensadas de acordo com a Lei Federal n° 6.952/81. (Tab. 13.1.22). Emolumentos: R\$7.885,00. Selo de Fiscalização n° 17509556. Eu, (a.), Ana Maria Gomes Pereira, 1ª Tabeliã Pública, que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino. BALSAS-MA, 23 de julho de 2013. (aa) EDUARDO UGOLINI DE MOURA, Outorgante Vendedor. MARIA FREITAS UGOLINI DE MOURA, Outorgante Vendedora. ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador do Outorgante Vendedor LUIZ ROBERTO UGOLINI DE MOURA). ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador da Anuente PATRÍCIA FONSECA DE MOURA). ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador do Outorgante Vendedor EDUARDO UGOLINI DE MOURA JUNIOR). ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador da Outorgante Vendedora ELIENE OLIVEIRA UGOLINI DE MOURA). ROGERIO UGOLINI DE MOURA, Outorgante

Página 6

Continua na Página 7

Proc.:

59500.001354.17.15

1ª Tabelionato de Notas de Balsas - Maranhão

R. Celso Nery, 711 - CEP 65500-000 - Balsas/MA, Fone (98) 3541-4053/(98) 3541-2300
E-mail: cartorio@balsas.ma.gov.br

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Balsas-MA, 05 de fevereiro 2018 - 08:05:19h

7
bce

000043082165

AUTENTICADO

Joaquim Yoshito Gomes Takemoto. **Certidão** de Inexistência de Distribuição de Ações Cíveis contra Luiz Roberto Ugolini de Moura, emitida aos 25.06.2013, pela Secretaria Judicial de Distribuição deste Município de Balsas/MA, assinadas pelo Secretário Judicial, Sr. Joaquim Yoshito Gomes Takemoto. **Certidões** de Inexistências de Distribuições de Ações Cíveis do Foro de Campinas/SP, contra Eduardo Ugolini de Moura Junior e Eliane Oliveira Ugolini de Moura nºs 7325476 e 7325477, emitidas aos 21.06.2013, pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Campinas/SP, assinadas pela Coordenadora Alethea Torres Gabrielli. **Certidão** de Inexistência de Distribuição de Ações Cíveis contra Rogério Ugolini de Moura, emitida aos 27.06.2013, pela Secretaria Judicial de Distribuição deste Município de Balsas/MA, assinadas pelo Secretário Judicial, Sr. Joaquim Yoshito Gomes Takemoto. **Certidões** Negativas de Reclamações Trabalhistas em nomes de Eduardo Ugolini de Moura, Maria de Freitas Ugolini de Moura, Luiz Roberto Ugolini de Moura e Rogerio Ugolini de Moura, emitidas aos 25.06.2013 pela Secretaria da Vara Federal do Trabalho de Balsas/MA, assinadas por Aline Lopes Ruas, Diretora de Secretaria - VT de Balsas/MA. **Certidões** Negativas de Débitos Trabalhistas nºs 31726325/2013 e 32742456/2013, emitidas via Internet aos 20.06.2013 e 15.07.2013, pela Justiça Federal do Trabalho, válidas até 16.12.2013 e 10.01.2013 em nomes de Eduardo Ugolini de Moura Júnior e Eliane Oliveira Ugolini de Moura, respectivamente. **Certidões** Negativas de Débitos nºs 3706913, 3707092, 3695047, 3734696, 3734682 e 3706859, emitidas via Internet aos 28.06.2013, 24.06.2013, 15.07.2013 e 28.06.2013 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, válidas até 28.07.2013, 24.07.2013, 14.08.2013 e 28.07.2013, respectivamente. **Certidões** Negativas de Distribuição Ações e Execuções e Cíveis e Criminais nºs 1121714, 1121727 e 1121703, emitidas via Internet aos 05.07.2013, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nomes de Eduardo Ugolini de Moura, Maria Freitas Ugolini de Moura e Rogerio Ugolini de Moura, válidas por 30 dias. **Certidão** Negativa de Distribuição Ações e Execuções e Cíveis, Criminais e JEF nº 519035, emitida via Internet aos 24.06.2013, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Seção Judiciária do Distrito Federal em nome de Luiz Roberto Ugolini de Moura, válida por 30 dias. **Certidões** Negativas de Distribuição Ações e Execuções e Cíveis e Criminais nºs 1121714, 1121727 e 1121703, emitidas via Internet aos 05.07.2013, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nomes de Eduardo Ugolini de Moura, Maria Freitas Ugolini de Moura e Rogerio Ugolini de Moura, válidas por 30 dias. **Certidão** Negativa de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel objeto da presente, fornecidas pelo Cartório de Registro de Imóveis deste Município, nesta data, em obediência ao disposto no Decreto nº. 93.240 de 09-09-1986. Pelos outorgantes vendedores, me foi dito que inexistem ações de qualquer natureza sobre o imóvel desta escritura, como preceitua o parágrafo 3º, inciso V, artigo nº 1º do Decreto já citado nº. 93.240. **"EMITIDA A DOI". Documentos arquivados na pasta própria nº 270, sob o nº de ordem 10458.** Assim convençionados, pediram-me que lhes lavrasse esta em minhas Notas, a qual, depois de lavrada, foi lida em voz alta por mim, Ana Maria Gomes Pereira, 1ª Tabeliã Pública, em presença das partes contratantes. E tendo sido aceita na forma em que está redigida, assinam-na. As testemunhas foram dispensadas de acordo com a Lei Federal nº 6.952/81. (Tab. 13.1.22). Emolumentos: R\$7.885,00. Selo de Fiscalização nº 17509556. Eu, (a), Ana Maria Gomes Pereira, 1ª Tabeliã Pública, que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino. BALSAS-MA, 23 de julho de 2013. (na.) EDUARDO UGOLINI DE MOURA, Outorgante Vendedor. MARIA FREITAS UGOLINI DE MOURA, Outorgante Vendedora. ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador do Outorgante Vendedor LUIZ ROBERTO UGOLINI DE MOURA). ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador da Anuente PATRÍCIA FONSECA DE MOURA). ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador do Outorgante Vendedor EDUARDO UGOLINI DE MOURA JUNIOR). ROGERIO UGOLINI DE MOURA (Procurador da Outorgante Vendedora ELIENE OLIVEIRA UGOLINI DE MOURA). ROGERIO UGOLINI DE MOURA, Outorgante

1º Tabelionato de Notas do Balsas - Maranhão
Ana Maria Gomes Pereira - Tabeliã
R. Costa Neto, 751 - CEP 05000-000 - Balsas/MA - Fone: (98) 3641-4303 / (98) 3641-4305
E-mail: cartorio@tblbalsas.com.br

Autentico a presente fotocópia por conferir com original
que me foi apresentado Dou fé.
Balsas-MA, 05 de fevereiro de 2018 - 08:05:19h

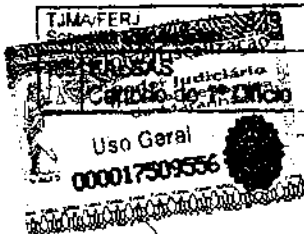
080843082169
AUTENTICAÇÃO
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Maranhão
19/08/2018

ATO Nº 0010492

TRASLADO LIVRO 177 FOLHA 158/161
Vendedor. KATIA MARIA MOREIRA MOURA, Anuente. FERNANDO DE MIRANDA
BRUSANTIN (Procurador do Outorgado Comprador LUIS FERNANDO SARTINI FELLI).
Ana Maria Gomes Pereira, 1ª Tabeliã Pública. Nada mais. Traslada em seguida,
conferi em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu,
Sonia Maria de Jesus Beserra Pereira, Sonia Maria de Jesus Beserra Pereira,
Tabeliã Substituta, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº [assinatura] da Verdade

BALSAS-MA, 23 de julho de 2013



Sonia Maria de Jesus Beserra Pereira
Sonia Maria de Jesus Beserra Pereira
Tabeliã Substituta

Folha nº 1.492

Proc.: 59500.021304-17.75

3ª SL



ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE BALSAS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Coelho Neto, 781
Fone/Fax: (99) 3541-2303/2179
CEP 65.800-000 - Balsas/Maranhão - Brasil
CNPJ nº 11.534.313/0001-46
E-mail: cart.balsas@hotmail.com

CERTIDÃO

REGISTRO DE IMÓVEIS DO 1º OFÍCIO
COMARCA DE BALSAS-MA

Prenotada hoje sob o nº 65.781 no Protocolo nº 1-N.
Registrada sob o nº R-04 na matrícula nº 24.765, fls.
02, do livro nº 2-DM-Registro Geral

Balsas/MA, 30 / Setembro / 2016

[assinatura]
Ana Maria Gomes Pereira
TITULAR

Selo de Fiscalização:
Protocolo - 000024067320
Registro - 000024067321
Emolumentos:
R\$ 9.848,10

Antonio de Pádua B. Muniz
Substituto

1º Tabelionato de Notas de Balsas - Maranhão

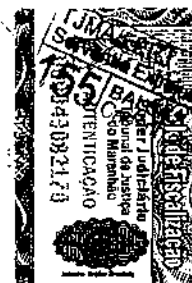
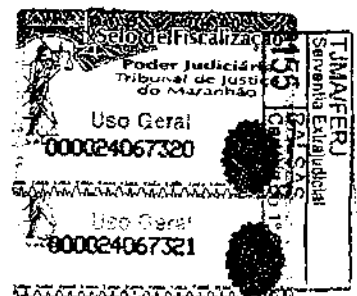
Ana Maria Gomes Pereira - Tabeliã
R. Coelho Neto, 781 - CEP 65800-000 - Balsas/MA - Fone: (99) 3541-4053 / (99) 3541-2303
E-mail: cart.balsas@hotmail.com

Autentico a presente fotocópia por conferir com original
que me foi apresentado. Dou fé.

Balsas-MA, 05 de fevereiro de 2018 - 08:05:19h



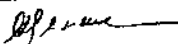
[assinatura]
Alessandra Mota Barbosa Pereira
Escrevente

Válido somente com o selo de Autenticidade





A handwritten signature or scribble in the bottom left corner, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME MARIO SERGIO FERREIRA		DOC IDENTIDADE ORG EMISSOR: UF 481188 SSP PE	
		ORG 941.990.939-04	DATA ANO DE NOMEAMENTO 27/02/1975
		FRACAO JOSE RAIMUNDO FILHO	
TERCEIROMA FERREIRA BATISTA		PERMISSAO 1	
ACC 1		CAT HAB 1	
Nº REGISTRO 01778872096		VALIDADE 23/06/2011	
1ª HABILITAÇÃO 02/06/1997			
OBSERVAÇÕES sem observações			
Assinatura do Titular  ASSINATURA DO TITULAR			
LOCAL PELOLEIMA - PE		DATA EMISSÃO 13/05/2010	
Assinatura do Emissor  ASSINATURA DO EMISSOR		40591962174 PE072435174	
- DETRAN - PE (PELOLEIMA) -			

CODEVASF

**Ao
Presidente da Comissão (Decisão nº 147/2018)**

Encaminhamos o Doc Nº 268/2018, da Senhora Jordania de Cássia de Araújo Costa,
para análise e instrução.

Em 04/6/2018



**Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional**